

# 2011

## RELATÓRIO

### GESTÃO & CONTAS

---

Unidade Local de Saúde do Nordeste, E.P.E.

# CUIDAMOS DO NORDESTE

## Índice

PRINCIPAIS INDICADORES .....	8
1 ENQUADRAMENTO DA ULSNE.....	11
1.1 ÁREA DE INFLUÊNCIA.....	12
1.2 ÁREA DEMOGRÁFICA E SÓCIO-ECONÓMICA .....	13
1.3 RECURSOS HUMANOS .....	16
1.4 ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS .....	17
1.5 OFERTA DE SERVIÇOS .....	19
2 GOVERNO DA SOCIEDADE.....	20
2.1 MISSÃO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS DA EMPRESA.....	21
2.2 REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS .....	22
2.3 INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSACÇÕES .....	24
I. PROCEDIMENTOS ADOPTADOS NA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS.....	24
II. TRANSACÇÕES OCORRIDAS FORA DAS CONDIÇÕES DE MERCADO .....	25
III. FORNECEDORES QUE REPRESENTAM MAIS DE 5% DOS FSE'S .....	25
2.4 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	26
I. ORGANOGRAMA .....	26
II. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....	27
III. FISCAL ÚNICO.....	29
IV. AUDITOR INTERNO .....	29
V. DIRECÇÃO TÉCNICA .....	29
VI. ÁREAS CORPORATIVAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO .....	30
VII. DIRECÇÕES DE SERVIÇOS DE APOIO LOGÍSTICO.....	33
VIII. DIRECÇÕES DE SERVIÇOS E VALÊNCIAS DE ACÇÃO MÉDICA .....	34
IX. COMISSÕES TÉCNICAS DE APOIO.....	34
2.5 RESPONSABILIDADE SOCIAL .....	36
2.6 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	38
2.7 SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES DA COLECTIVIDADE.....	39
2.8 PRINCÍPIOS DE BOM GOVERNO .....	40
2.9 CÓDIGO DE ÉTICA .....	42
2.10 SISTEMA DE CONTROLO .....	43
2.11 IMPLEMENTAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO N.º 1/2009 DO CONSELHO DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO .....	45

2.12	MECANISMOS DE PREVENÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSES .....	46
2.13	DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO .....	47
3	CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS.....	48
3.1	CUMPRIMENTO DE ORIENTAÇÕES E OBJECTIVOS DE GESTÃO .....	49
3.2	GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO.....	50
3.3	EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS (PMP) .....	51
3.4	ATRASO NOS PAGAMENTOS .....	53
3.5	CUMPRIMENTO DOS DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO .....	54
3.6	CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACCIONISTA.....	55
3.7	REMUNERAÇÕES.....	56
I.	DOS ÓRGÃOS SOCIAIS.....	56
II.	DO AUDITOR EXTERNO .....	57
III.	DOS RESTANTES TRABALHADORES .....	57
3.8	NORMAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA .....	58
3.9	IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS PREVISTAS NO PLANO DE ESTABILIDADE E CRESCIMENTO (PEC) .....	59
3.10	CUMPRIMENTO DOS LIMITES MÁXIMOS DE ENDIVIDAMENTO DEFINIDOS PARA 2011.....	60
3.11	CUMPRIMENTO DO PLANO DE REDUÇÃO DE CUSTOS .....	61
3.12	PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO .....	62
4	ACTIVIDADE GLOBAL EM 2011 – 2º SEMESTRE .....	63
4.1	INDICADORES DE ACTIVIDADE GLOBAL .....	64
	ACTIVIDADE INTERNAMENTO .....	64
	ACTIVIDADE BLOCO OPERATÓRIO .....	66
	BLOCO PARTOS.....	66
	ACTIVIDADE CONSULTAS EXTERNAS .....	67
	ACTIVIDADE URGÊNCIA.....	67
	TRATAMENTOS HOSPITAL DE DIA.....	68
	OUTRAS PRODUÇÕES.....	68
4.2	INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS .....	70
IV.	ANÁLISE DOS CUSTOS .....	70
	CUSTO DAS MERCADORIAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS.....	70
	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	71
	CUSTOS COM PESSOAL.....	73
	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO .....	74
V.	ANÁLISE DOS PROVEITOS.....	75

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS .....	75
TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES OBTIDOS .....	75
VI. OUTROS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS .....	78
4.3 INDICADORES DE RECURSOS HUMANOS.....	80
4.4 INVESTIMENTOS REALIZADOS.....	84
5 P PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	85
6 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	86
6.1 BALANÇO .....	87
6.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS .....	89
6.3 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES.....	90
6.4 FLUXOS DE CAIXA .....	91
6.5 ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	92
6.6 ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	93
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS .....	109
RELATÓRIO E PARECER.....	110
DO FISCAL ÚNICO.....	110

# MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2 de Julho de 2011 entrou em vigor o DL nº 67/2011 de 2 de junho que criou a Unidade Local de Saúde, EPE, integrando as unidades do extinto Centro Hospitalar do Nordeste, EPE e do extinto Agrupamento de Centros de Saúde de Alto Trás-os-Montes I – Nordeste. Porém, no período que decorreu entre 1 de Julho e 31 de Dezembro os órgãos de gestão de ambas as entidades mantiveram-se em gestão corrente até à nomeação do órgão de gestão da nova entidade, o que aconteceu em janeiro de 2012.

Neste contexto, o presente relatório de gestão reporta a atividade do ex-Centro hospitalar do Nordeste, EPE, enquanto que a atividade do ex- Agrupamento de Centros de Saúde de Alto Trás-os-Montes I – Nordeste se encontra refletida nas contas da ARS Norte, IP, entidade a que se encontrava vinculado.

O “Projecto CHNE” que findou em 30 de junho de 2011, manteve no 2º semestre os seus princípios orientadores, com os ajustamentos evolutivos que decorriam da dinamização das ações impostas pelo novo enquadramento jurídico funcional, reforçando a estratégia rigorosa ao nível da gestão de recursos humanos e financeiros, estruturas e equipamentos, centrada nas necessidades dos utentes.

Neste âmbito, foram articuladas posições com a ARS Norte no sentido de preparar as condições para que a integração das unidades prestadoras de cuidados de saúde quer ao nível dos cuidados de saúde primários quer ao nível dos cuidados prestados pelas unidades hospitalares que constituem a ULS Nordeste possa decorrer de forma segura e eficiente, nomeadamente preparando as condições visando uma racionalização acrescida e a otimização na aplicação dos recursos disponíveis e tornando mais eficiente a prestação de cuidados e perspetivando a reorganização dos serviços clínicos, administrativos, recursos humanos e financeiros.

Elevar a prestação de cuidados de saúde na região a um patamar de excelência em sintonia com as *guidelines* internacionais, exigiu um esforço concertado de todos. Os ganhos e mais-valias

conseguidas deverão reflectir-se nos resultados assistenciais, traduzindo-se em mais segurança, mais qualidade e numa capacidade de resposta efetiva e consistente.

As dificuldades económicas e financeiras que o país atravessa, aconselham a um acrescido esforço de racionalização e eliminação de desperdício, com efeitos ao nível da contenção de custos, constituindo-se nesta medida como um desígnio da nossa gestão que incluirá sempre a necessidade de acautelar e garantir a qualidade da actividade assistencial aos utentes.

Apesar da realidade descrita, os resultados assistenciais positivos e o controlo de custos havido, comprovam a consistência do trabalho desenvolvido e permitem afirmar que a constituição da Unidade Local de Saúde do Nordeste será um fator impulsionador do projeto em curso. A integração de cuidados primários e hospitalares numa rede de prestação única e focada em todo o percurso dos utentes é, certamente, o rumo certo e trará mais-valias inquestionáveis à população do Nordeste.

Nos últimos anos foram melhorados e valorizados os serviços de saúde na região. O empenho de todos os colaboradores que prosseguem este caminho connosco de forma exigente, rigorosa mais também acreditando na nossa capacidade para melhorar a qualidade e a acessibilidade dos serviços prestados aos utentes do Nordeste transmontano, assegurando a equidade e a eficiência na prestação.

*António Alberto Coelho Marçôa*

Presidente do Conselho de Administração

## Principais Indicadores



PRINCIPAIS INDICADORES DE PRODUÇÃO	31-12-2010	31-12-2011	Var. 10/11
<b>Internamento</b>			
Lotação	435	435	0,0%
Doentes Saídos	7.303	6.858	-6,1%
Demora Média	8,97	9,04	0,7%
Taxa de Ocupação	73,25%	70,17%	-4,2%
Doentes Tratados / Cama	17	16	-6,1%
<b>Bloco Operatório</b>			
Cirurgias Convencionais	1.505	1.214	-19,3%
Cirurgias Urgentes	968	1.052	8,7%
Cirurgias de Ambulatório	1.057	840	-20,5%
Total Cirurgias	3.530	3.106	-12,0%
<b>Consultas Externas</b>			
Primeiras Consultas	18.558	15.613	-15,9%
Consultas Subsequentes	34.672	32.316	-6,8%
Total de Consultas	53.230	47.929	-10,0%
% de Primeiras Consultas	34,9%	32,6%	-6,6%
<b>Urgência</b>			
N.º de Episódios	43.146	42.040	-2,6%
<b>Hospital de Dia</b>			
Número de Sessões	6.462	6.553	1,4%
Doentes Tratados	603	664	10,1%
<b>Bloco de Partos</b>			
Total de Partos	318	318	0,0%
% de Cesarianas	39,6%	47,8%	20,6%
<b>MCDT's</b>			
Análises Clínicas	523.251	509.848	-2,6%
Exames Imagiologia	64.664	60.625	-6,2%

## Análise de Indicadores

Uma análise sumária aos quadros de indicadores, que será desenvolvida ao longo deste relatório de gestão, revela:

- **Quanto à produção:** continua a tendência já verificada em anos anteriores, de ligeira diminuição da actividade assistencial, com a excepção do número de sessões e do número de doentes tratados em Hospital de Dia
- **Quanto aos custos:** no cômputo geral, os custos totais registaram um decréscimo de 13,6 % no 2º semestre de 2011, comparativamente ao ano anterior
- **Quanto aos proveitos:** os proveitos no 2º semestre do ano de 2011 verificaram uma diminuição de cerca de 17,5 % quando comparado com o período homólogo.

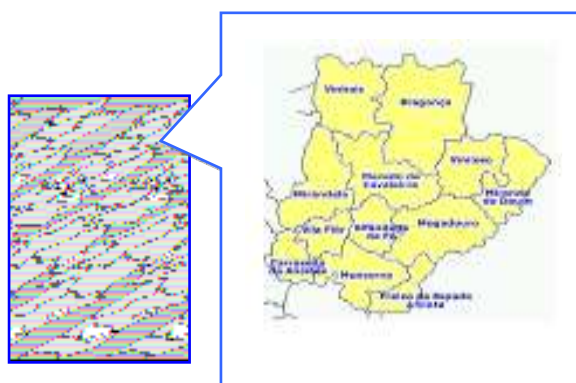


01

## Enquadramento da ULSNE

## 1.1 Área de Influência

A Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE, constituída a 1 de Julho de 2011, através do Decreto-lei nº 67/2011 de 02 de Junho, é uma entidade pública empresarial, dotada de autonomia administrativa financeira e patrimonial por integração do Centro Hospitalar do Nordeste, EPE (CHNE) e do Agrupamento dos Centros de Saúde do Alto Trás os Montes I – Nordeste (ACES Nordeste) assumindo todos os seus direitos e obrigações. Situa-se na parte oriental de Trás-os-Montes e Alto Douro, estando inserido em pleno distrito de Bragança.



É constituído por três unidades hospitalares localizadas em Bragança, Macedo de Cavaleiros e Mirandela, com sede social na cidade de Bragança, 15 Centros de Saúde, onde 3 têm Urgência Básica e 51 Extensões de Saúde. A sua área de influência são os doze Concelhos do distrito, designadamente: Alfândega da Fé, Bragança, Carrazeda de Ansiães, Freixo de Espada à Cinta, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Vimioso, Vinhais e ainda Vila Nova de Foz Côa do distrito da Guarda.

Deste modo, tem como objecto a prestação de cuidados de saúde a 143.564 cidadãos, assim distribuídos pelos treze concelhos referidos.

POPULAÇÃO	Nº Hab.
Alfândega da Fé	5.104
Bragança	35.341
Carrazeda de Ansiães	6.373
Freixo de Espada à Cinta	3.780
Macedo de Cavaleiros	15.776
Miranda do Douro	7.482
Mirandela	23.850
Mogadouro	9.542
Torre de Moncorvo	8.572
Vila Flor	6.697
Vila Nova de Foz Côa	7.312
Vimioso	4.669
Vinhais	9.066
<b>TOTAL</b>	<b>143.564</b>

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas 2011

## 1.2 Área demográfica e sócio-económica

Com uma população que se aproxima dos 143 mil habitantes, o Distrito de Bragança e Vila Nova de Foz Côa, ocupam uma área de cerca de 7 mil Km<sup>2</sup> (INE, 2011), representando cerca de um terço do território da Região Norte. Embora apresente uma área considerável, os residentes representam apenas 4% da população da Região Norte, traduzindo-se num baixo índice de densidade populacional (21,7 hab/km<sup>2</sup>), quando comparado com a Região Norte (175,9 hab/km<sup>2</sup>).

É um espaço de carácter eminentemente rural, onde a prática da agricultura, pecuária e exploração da floresta, assumem predominantemente a configuração e dinâmica de um território de grande diversidade de ecossistemas.

CONCELHO	1991	2011	Var. 1991/2011
Alfândega da Fé	6.760	5.104	-24,5%
Bragança	33.415	35.341	5,8%
Carrazeda de Ansiães	9.221	6.373	-30,9%
Freixo de Espada à Cinta	4.913	3.780	-23,1%
Macedo de Cavaleiros	18.990	15.776	-16,9%
Miranda do Douro	8.733	7.482	-14,3%
Mirandela	25.464	23.850	-6,3%
Mogadouro	12.245	9.542	-22,1%
Torre de Moncorvo	10.984	8.572	-22,0%
Vila Flor	8.853	6.697	-24,4%
Vila Nova de Foz Côa	8.885	7.312	-17,7%
Vimioso	6.309	4.669	-26,0%
Vinhais	12.683	9.066	-28,5%
<b>TOTAL</b>	<b>167.455</b>	<b>143.564</b>	<b>-14,3%</b>

Anuário Estatístico da Região Norte 1991 e 2011. Fonte INE

CONCELHO	2011				Txn Natalidade ‰		Txn Mortalidade ‰	
	< 14 anos	Entre 15 e 24 anos	Entre 25 e 64 anos	>65 anos	1996	2010	1996	2010
Alfândega da Fé	496	497	2.450	1.661	7,0	3,0	13,2	18,1
Bragança	4.378	3.571	19.161	8.231	9,0	7,9	12,2	11,9
Carraceda de Ansiães	636	597	3.083	2.057	7,1	4,0	14,8	18,0
Freixo de Espada à Cinta	429	323	1.711	1.317	4,7	4,1	21,0	21,0
Macedo de Cavaleiros	1.848	1.559	7.919	4.450	9,1	5,6	11,5	12,6
Miranda do Douro	731	651	3.663	2.437	6,8	5,1	13,7	15,6
Mirandela	2.897	2.565	12.337	6.051	10,0	6,8	11,0	10,9
Mogadouro	887	848	4.711	3.096	7,7	4,3	13,3	12,6
Torre de Moncorvo	746	774	4.097	2.955	7,1	5,1	15,4	15,2
Vila Flor	722	625	3.413	1.937	8,3	6,0	12,2	11,2
Vimioso	405	361	2.091	1.812	9,6	6,1	15,5	18,7
Vinhais	694	708	4.236	3.428	7,0	3,6	14,5	19,1
Vila Nova Foz Côa	792	676	3.564	2.280	8,5	5,5	13,8	16,9

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte 2011

Três factores interligados explicam o modelo demográfico e territorial da área de influência da Unidade Local de Saúde:

A decomposição do regime demográfico, como consequência dos fortes processos emigratórios históricos e que, conduziu a uma situação estrutural de diminuição crónica da população. No período de 1991 a 2011 apenas o concelho de Bragança registou uma evolução positiva, sendo que no cômputo geral a população residente no distrito de Bragança e Vila Nova de Foz Côa, sofreram um decréscimo de 14,3%, que corresponde a 23.891 habitantes. É de notar que há concelhos com decréscimos que ultrapassam os 20%, sendo que para a suavização da média muito contribuiu o concelho mais populoso, Bragança (que representa quase 25% da população) que regista um aumento de 5,8%.

O grau de envelhecimento da população é muito acentuado, representando a classe etária com mais de 65 anos, cerca de 29% da população total, o que só por si provoca a desvitalização social das comunidades locais.

A taxa de natalidade inferior à taxa de mortalidade em todos os concelhos do distrito, sendo que, no concelho de maior volume populacional, Bragança, em 2011 a taxa de natalidade foi de 7,9 por mil e a taxa de mortalidade de 11,9 por mil.

Estes três factores evidenciados, levam a que o dinamismo, capacidade de inovação ou actualização, sejam factores cada vez mais difíceis de alcançar, com o envelhecimento da população num mundo em constante mutação. Torna-se pois necessário, adequar e modernizar os serviços de saúde, para

que os mesmos sejam de melhor qualidade, procurando minorar a crescente migração de cidadãos para outras zonas.

No que concerne ao Índice do Poder de Compra per capita (2009), este assume para o distrito de Bragança o valor de 66%, muito aquém do IPC nacional (100%).

Apenas o concelho de Bragança, com 92,5%, apresenta um valor próximo da média nacional, conforme se pode constatar pelo quadro anexo.

Relativamente às expectativas para o futuro, em particular para o período 2010-2015, o Alto Trás-os-Montes continuará a ser a região com o valor do índice de envelhecimento mais elevado (179,7 idosos por cada 100 jovens), verificando-se de igual modo um agravamento da taxa de crescimento natural e a diminuição da população residente, nomeadamente nos pequenos Concelhos localizados fora do eixo IP4.

Este cenário terá como consequência directa a procura exponencial de determinados cuidados de saúde, designadamente os relacionados com a geriatria (eventuais aumentos nas especialidades de medicina interna, ortopedia, oftalmologia, urologia, psiquiatria e patologias do foro oncológico), pelo que não se prevêem diminuição da quantidade de cuidados de saúde a prestar (a desertificação é mais do que compensada pelo acréscimo de cuidados de saúde com cada habitante), bem como a necessidade de apoio elevado de cuidados continuados.

### 1.3 Recursos Humanos

Os recursos humanos assumem um papel fundamental no sucesso de qualquer organização, uma vez que representam o activo mais valioso. A competitividade da instituição depende cada vez mais das competências e eficácia dos seus colaboradores, de modo a que se verifique uma facilidade de adaptação à mutabilidade constante, no meio interno e externo da instituição.

A qualificação dos recursos humanos exige igualmente a formação contínua dos profissionais, sobretudo nesta região, onde os aspectos socioculturais, pelos factores já apontados, acentuam ainda mais a já deficitária condição face ao resto do país. Inverter esta realidade é o desafio indubitável que a todos se nos depara.

Em Junho de 2011, o Centro Hospitalar do Nordeste englobava 1.260 colaboradores, distribuídos pelas suas três unidades, sendo a principal entidade empregadora da região. É uma estrutura com recursos humanos qualificados, dos quais cerca de 12% são pessoal médico, 36% pessoal de enfermagem, 1% técnicos superiores de saúde, 7% Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica, 28% Pessoal Operário e Auxiliar, 11% Administrativos e 5% outros.

Quanto à natureza do vínculo, 98% encontram-se vinculados à instituição, estando os restantes 2% em regime de Contrato de Prestação de Serviços, de Requisição, Acumulação e outras situações.

O quadro seguinte agrega numa forma concisa, por grandes grupos profissionais, o que se acabou de referir:

CATEGORIA	Nº de colaboradores com vínculo				Nº de colaboradores s/vínculo		Total
	F. Pública	CAP	CIT		Prestação de serviços	Outros	
			Termo Certo	Sem Termo			
Órgãos Directivos	3	0	0	0	0	6	9
Pessoal Médico	68	42	0	25	21	0	156
Técnico Sup. Saúde	3	0	1	7	0	0	11
Outro Pessoal Téc. Sup.	9	0	2	25	4	0	40
Técnico Diag. Terap.	56	0	12	17	0	0	85
Pessoal Enfermagem	335	0	40	68	0	0	443
Pessoal Informática	9	0	0	2	0	0	11
Pessoal Administrativo	105	0	13	26	0	0	144
Pessoal Auxiliar e Operário	171	0	65	107	1	0	344
Outros	0	0	0	0	4	0	4
TOTAL	759	42	133	277	30	6	1.247

De forma mais detalhada, será apresentada uma panóplia de informações caracterizadoras dos activos humanos do CHNE, plasmadas no ponto 3.3 do presente relatório.



## 1.4 Estruturas e Equipamentos

Como já foi referido anteriormente, o Centro Hospitalar é composto por três unidades hospitalares, que em termos de edificações, se podem sintetizar:

Unidade Hospitalar de Bragança, integrada numa área de 28,5 ha, é composta por um edifício principal e três edifícios anexos, construídos há mais de 30 anos, e uma Unidade de internamento de doentes crónicos de psiquiatria (UDEP), de construção recente, situada na Quinta da Trajinha. Em 2009, destacou-se a conclusão e inauguração da construção do novo pavilhão da Urgência.

Campus  
Hospitalar



Quinta da  
Trajinha



No total, os terrenos ocupam uma vasta área de 28,5 ha, com uma área de construção de 15.000 m<sup>2</sup>.



Edifício principal



Unidade de doentes crónicos de Psiquiatria

A unidade de Macedo de Cavaleiros está inserida numa área de 3 ha de terreno com uma área construída de 12.150 m<sup>2</sup>, a qual foi sujeita a várias alterações infra-estruturais, nas décadas de 80 e 90.



Por último, a Unidade de Mirandela integra um edifício principal e três edifícios de apoio, também já remodelados, na década de 90, e com uma área de construção 4.022 m<sup>2</sup>, num terreno envolvente de 2 ha.



## 1.5 Oferta de Serviços

O quadro seguinte traduz já as alterações introduzidas nas alocações das especialidades que o CHNE disponibiliza, pelas três unidades hospitalares:

Consulta Externa	Urgência	Internamento	Bloco Operatório	MCDT's	Hospital de Dia
Anestesiologia	Anestesiologia	Berçário	Cirurgia Geral	Análises Clin.	Hematologia
Cardiologia	Cardiologia	Cardiologia	Estomatologia	Cardiologia	Nefrologia
Cardiologia Pediátrica	Cirurgia Geral	Cirurgia Geral	Ginecologia***/Obstetrícia	Gastro.	Pediatria
Cirurgia Geral	Estomatologia	Estomatologia	Oftalmologia	Ginec./Obstet.	Oncologia
Diabetologia	Ginecologia/Obstetrícia	Ginecologia**/Obstetrícia	Ortopedia	Imagiologia	
Doenças Infecciosas	Hematologia	Medicina Física e Reab.	Otorrino.	Med. Fis. Reab.	
Dor	Medicina Interna	Medicina Interna	Urologia	Oftalmologia	
Endocrinologia	Nefrologia	Neonatologia	Nefrologia	Otorrino.	
Estomatologia	Neurologia	Neurologia		Pneumologia	
Gastro.	Oftalmologia	Nefrologia		Urologia	
Ginecol./Obstet.	Ortopedia	Oftalmologia			
Hepatologia	Otorrino.	Oncologia			
Med. Fis. Reab.	Pediatria	Ortopedia			
Medicina Interna	Pneumologia	Otorrino.			
Med. Trabalho	Psiquiatria	Pediatria			
Nefrologia	Urologia	Pneumologia			
Neurologia	VMER	Psiquiatria			
Nutricionismo		Urologia			
Oftalmologia		Unidade de AVC			
Oncologia Méd.		Unidade Vida Autónoma			
Ortopedia		Unidade Doentes Ev. Prol.			
Otorrino.		Unid. Cuidados Intermédios			
Pediatria					
Plan. Familiar					
Pneumologia					
Psicologia Clínica					
Psiquiatria					
Senologia					
Urologia					

**Legenda:**

UH BRAGANÇA

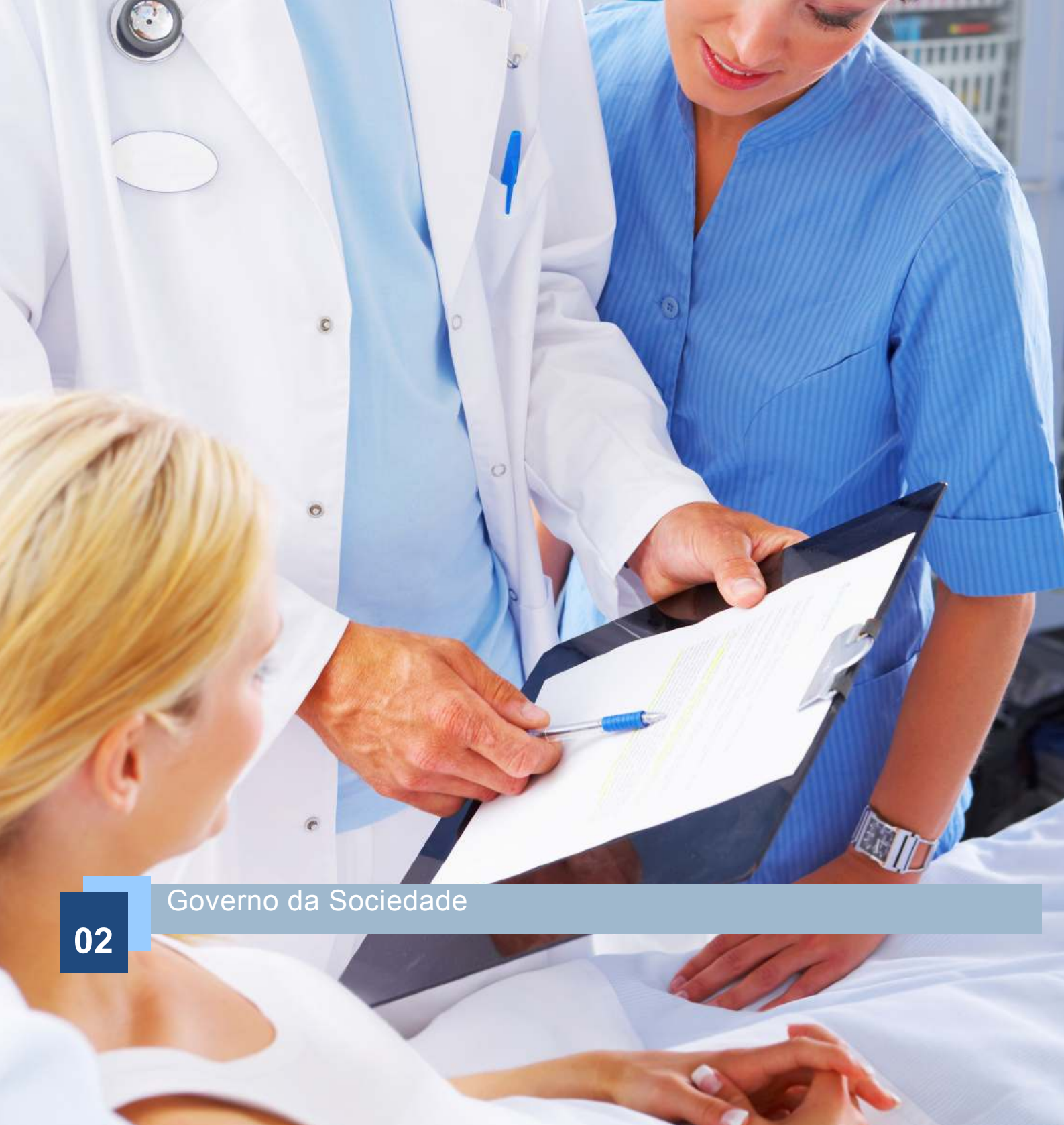
UH MIRANDELA

UH MACEDO

SER. DIFERENCIADOS

\*\* No que concerne à Unidade de Mirandela, apenas existe internamento de Ginecologia (Cirurgia Programada)

\*\*\* Na Unidade de Mirandela, apenas se efectuam cirurgias de ginecologia (programadas)



## 2.1 Missão, Objectivos e Políticas da empresa

---

### A nossa Visão

Pretendemos ser o melhor hospital do nosso grupo de referência, posicionando-o nos 10 primeiros lugares do ranking nacional dos hospitais empresarializados.

### A nossa Missão

Sobressair como hospital fomentador de liderança, na prestação de cuidados até ao limite da sua diferenciação, na assistência das populações que servimos, estimulando a qualificação e formação interna.

### Os nossos Valores

#### ÉTICA

Respeitar os princípios e procedimentos definidos para a Instituição, trabalhando com honestidade, profissionalismo e transparência;

#### COMPETÊNCIA

Trabalhar, no melhor uso dos recursos, promovendo e compartilhando responsabilidades em equipa, assegurando os objectivos da instituição e prosseguir uma atitude de aprendizagem e inovação;

#### COMPROMISSO com o utente

Identificar e satisfazer as necessidades de cuidados com dignidade, benevolência e humanismo, proporcionando um serviço com alto padrão de qualidade e atendimento;

#### HUMANIZAÇÃO

Estimular o contínuo crescimento profissional e pessoal, trabalhando com entusiasmo, praticando a justiça, construindo e mantendo relações de confiança, de lealdade e tolerância com os utentes.

#### RESPONSABILIDADE SOCIAL

Caminhar para o desenvolvimento consciente e sustentado da sociedade, favorecendo o pleno exercício da cidadania e respeito pelo ambiente.

## 2.2 Regulamentos Internos e externos

---

A actividade do ex-Centro Hospitalar rege-se por distintos diplomas legais emitidos pela Tutela, dos quais se destacam:

- Diploma da transformação de Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos em Entidade Pública Empresarial (Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro), e respectiva legislação de enquadramento (Lei de Bases da Saúde n.º 48/90, de 24 de Agosto, estatuto do Serviço Nacional de Saúde, Decreto-Lei n.º 11/93, de 15 de Janeiro, e Regime Jurídico da Gestão Hospitalar, Lei n.º 27/02, de 8 de Novembro);
- Regime Jurídico do Sector Empresarial do Estado, Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro;
- Lei Reguladora das EPE, Decreto-Lei n.º 93/2005, 07 de Junho;
- Resolução do Conselho de Ministros nº 121/2005, que estipula as orientações a prosseguir pelos Conselhos de Administração das empresas públicas, na adopção de políticas de contenção de custos nas vertentes: pessoal; aquisição de serviços e bens duradouros e não duradouros; investimentos não indispensáveis e não adiáveis; e endividamento;
- Resolução do Conselho de Ministros nº 155/2005, que define o regime de previdência dos órgãos de direcção das empresas públicas;
- Resolução do Conselho de ministros nº 49/2007, que aprova os Princípios de Bom Governo das Empresas do Sector Empresarial do Estado;
- Despacho n.º 10760/2010, de 29 de Junho que determina que todos os hospitais, centros hospitalares e unidades locais de saúde integradas no sector empresarial do Estado e no sector público administrativo devem elaborar um plano de redução da despesa para o corrente ano 2010;
- Lei n.º 12 – A/2010, de 30 de Junho que aprovou um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução do défice e controlo do crescimento da dívida pública;
- Decreto – Lei n.º 137/2010 de 28 de Dezembro que aprova um conjunto de medidas adicionais de redução de despesa com vista à consolidação orçamental prevista no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) 2010 – 2013.



Para além destes, existem documentos de natureza interna que regulam o funcionamento dos serviços, designadamente:

- Regulamento interno do Centro Hospitalar;
- Código de Ética;
- Regulamento dos Serviços de Urgência e Consulta Externa, Delegados de Informação Médica, Casa Mortuária, Gabinete do Cidadão, encaminhamento de Visitas e Gabinete de Formação;
- Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas.

## 2.3 Informação sobre outras transacções

### I. Procedimentos adoptados na aquisição de bens e serviços

O artigo 54º do Regulamento Interno do ex-Centro Hospitalar define que “a aquisição de bens e serviços e a contratação de empreitadas rege-se pelas normas de direito privado, sem prejuízo da aplicação do regime do direito comunitário, relativo à contratação pública.” Aplica-se à aquisição de bens e serviços o artigo 13º do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro.

É da competência do Serviço de Aprovisionamento e Compras, para cada situação, determinar o tipo de processo de aquisição adequado. Estão definidos os seguintes tipos de processos de compra:

- Compra directa;
- Consulta prévia;
- Concurso público.

A escolha do tipo de processo de aquisição baseia-se no montante envolvido, pelo que o quadro seguinte identifica, para cada tipo de processo de compra, os requisitos obrigatórios.

**Quadro Comparativo dos Requisitos dos Processos de compra**

REQUISITOS	Classificação dos Processos de Compra		
	Compra Directa	Consulta Prévia	Concurso Público
	até 2.500€	de 2.501 até 25.000€	A partir de 25.001€
Orçamento Prévio	Sim	Sim	Sim
Cabimento Orçamental	Sim	Sim	Sim
Caderno de Encargos	Não	Sim	Sim
Ficha de Requisitos	Sim	Não	Não
Dossiê do Processo de Aquisição	Não	Sim	Sim
Convite – Número mínimo de Consultas	1	3	Não
Publicitação em Jornal Nacional	Não	Não	Sim
Publicitação no JOCE	Não	Não	Não
Mapa Comparativo de Propostas	Não	Sim	Sim
Comissão de Análise das Propostas	Não	Sim	Sim
Caução	Não	Sim	Sim
Negociação – Serv. Aprov. e Compras	Sim	Sim	Não
Negociação – Conselho de Administração	Não	Não	Sim
Anulação do Procedimento	Sim	Sim	Sim
Contrato*1	Não	Não	Sim
Notas de Encomenda	Sim	Sim	Sim
Gestão e Monitorização do Contrato	Não	Sim	Sim

\*1 – Para bens de consumo e investimento só para adjudicações superiores a 75 mil euros. No caso de Serviços de longa duração é sempre exigido um contrato.



A metodologia a seguir para selecção de fornecedores está relacionada com o tipo de processo de aquisição a implementar.

No caso de se tratar de uma compra directa, o fornecedor é escolhido directamente pelo Serviço de Aprovisionamento e Compras sem necessidade de qualquer tipo de formalidade adicional.

Para os restantes tipos de processos de aquisição são desenvolvidos cadernos de encargos que estabelecem os critérios de avaliação das propostas. Critérios, esses, objectivos, quantificáveis e comparáveis. A análise de propostas é realizada por uma comissão de avaliação, proposta pelo serviço e aprovada pelo Conselho de Administração.

## II. Transacções Ocorridas fora das condições de mercado

Os procedimentos adoptados pelo ex-Centro Hospitalar do Nordeste, EPE em matéria de aquisição de bens e serviços, já referenciado no ponto supra, são os previstos no Código dos Contratos Públicos. A aprovação interna das despesas continua a ser efectuada de acordo com a delegação de competências estabelecida, e mantêm-se as regras internas que determinam que a formalização da despesa seja sempre reduzida a escrito através de nota de encomenda.

Relativamente a transacções ocorridas fora das condições de mercado, todas as transacções relativas a aquisições de bens e serviços ocorreram em condições de mercado no cumprimento das normas legais e internas.

## III. Fornecedores que representam mais de 5% dos FSE's

De entre as contratações de fornecimentos de bens e serviços, prestados no período em análise, no montante de 6,1 milhões de euros, destacam-se os seguintes fornecedores cujos custos com FSE's representam mais de 5% dos Fornecimentos e Serviços Externos:

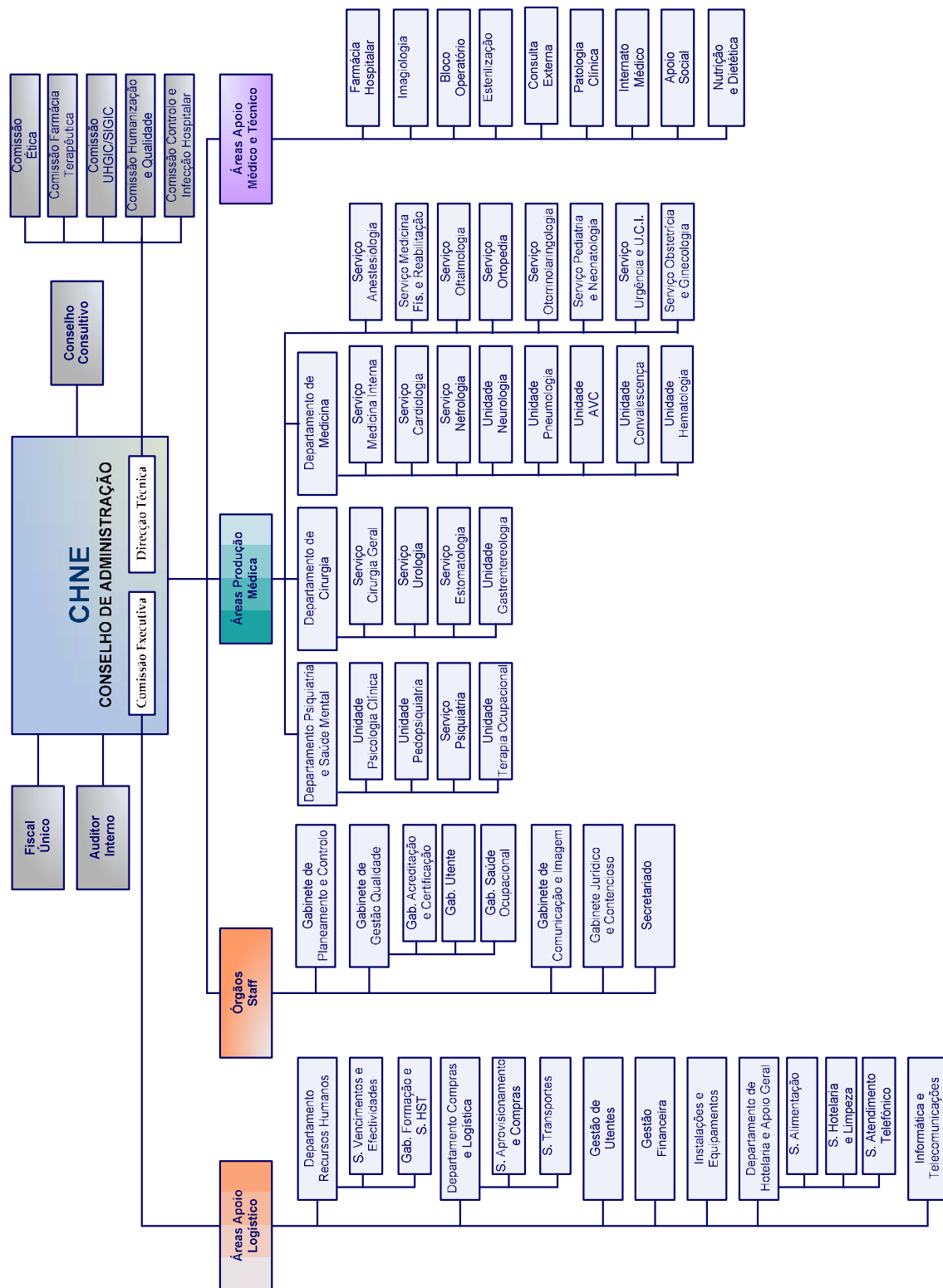
Fornecedor	Valor (C/IVA)	Notas
SUCH – Serviço de Utilização Comum dos Hospitais	1.141.930,11	(1)
Instituto Português de Sangue, IP	413.844,55	(2)

(1) Prestação de serviços de limpeza, higiene e conforto, alimentação, lavandaria.

(2) Disponibilização de sangue e componentes sanguíneos.

## 2.4 Estrutura Organizacional

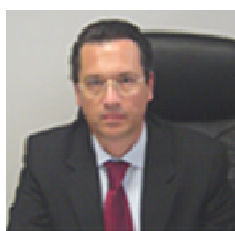
### I. Organograma



## II. Conselho de Administração



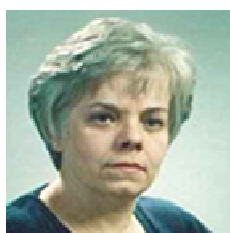
Henrique Capelas  
(Presidente)



António Marçôa  
(Vogal Executivo)



Manuel Sampaio  
(Director Clínico)



Conceição Vieira  
(Enfermeira Directora)



Isabel Barreira  
(Vogal Executivo)



José Cardoso  
(Vogal Executivo)



Cláudia Miranda  
(Vogal Executivo)

### III. Fiscal Único

**Efectivo** Jorge, Silva, Vítor, Neto, Fernandes & Associados, SROC

**Suplente** Moreira, Valente & Associados, SROC

---

### IV. Auditor Interno

Carlos Cerqueira

---

### V. Direcção Técnica

Director Clínico

Manuel Sampaio

Adjuntos

Teresa Aroso

Flaviano Gomes

Ilda Matos

Liseta Gonçalves

Enfermeira Directora

Conceição Vieira

Adjuntos

Aurora Correia

Urbano Rodrigues

João Correia

Eugénio Teixeira

## VI. Áreas Corporativas do Conselho de Administração

O Conselho de Administração como órgão intrinsecamente colegial, ainda que em funções de gestão corrente, assume as suas decisões, como profundamente ponderadas e consistentes, resultantes de uma prática de gestão coesa, subordinada a uma política de resoluções tomadas em conjunto; tal facto proporciona uma maior clareza e transparência na performance de gestão, estandardizando e tipificando as regras do acto gestionário.

As competências do Conselho de Administração estão genericamente definidas no artigo 7º do Anexo II ao Decreto-Lei N.º 233/2005 de 29 de Dezembro (Estatutos), mantendo-se nos limites impostos pela gestão corrente as competências específicas do Presidente do Conselho de Administração, do Director Clínico e do Enfermeiro Director, respectivamente, nos artigos 8º, 9º e 10º, do referido Decreto-lei.

Considerando a necessidade de assegurar uma adequada coordenação e controlo das actividades, tendo em vista a prossecução das orientações estratégicas definidas para o actual modelo de gestão empresarial, foi atribuída aos membros do Conselho, a coordenação das seguintes áreas de responsabilidade:

- **Presidente do Conselho, Dr. Henrique Capelas:**

- a) As previstas em geral no Art.º 8º dos Estatutos, designadamente, coordenação geral acompanhamento e controlo da actividade estratégica do Conselho de Administração;
- b) Representação e relações com o exterior, nomeadamente a correspondência com as demais Instituições do Ministério da Saúde, tais como Ministério da Saúde, Secretarias de Estado da Saúde, Administração Regional de Saúde Secretaria-geral, Instituto de Gestão Financeira da Saúde, Inspeção Geral de Saúde, Direcção Geral de Saúde, e entidades similares;
- c) Coordenação da política interna e externa de Comunicação e Imagem;
- d) Supervisão através da Direcção Técnica, especialmente o Director Clínico, da actividade clínica, estabelecendo, através do mesmo, a ligação com as Comissões Técnicas do Centro Hospitalar;
- e) Definição do Planeamento Estratégico e política de Controlo de Gestão, em articulação com o IGIF, nomeadamente através do auditor interno;

- f) Definição estratégica e coordenação da política de Rec. Hum., nomeadamente as áreas de recrutamento e selecção, política remuneratória e formação;
- g) Coordenação dos Processos de Inspeção com a IGS, ao nível do Inspector-geral;
- h) Coordenação dos Projectos de Instalações e Equipamentos e de Requalificação Técnica, que pela sua importância ou valor sejam estratégicos para o Centro Hospitalar;

▪ **Vogal Executivo, Dr. António Marçôa:**

- a) Substituição do Presidente do Conselho de Administração, nas suas ausências;
- b) Coordenação e controlo da política de Aquisições Aprovisionamento e Logística;
- c) Coordenação e controlo da Área Financeira e Patrimonial;
- d) Programação, acompanhamento e controlo, através dos contratos programa internos, em articulação com o Director Clínico, da Produção Hospitalar dos Serviços de Acção Médica;
- e) Coordenação e controlo do investimento, ao nível processual, dos projectos no âmbito do Saúde XXI e FEDER;
- f) Coordenação dos processos de Codificação e Auditorias Clínicas.

▪ **Vogal Executivo, Dra. Cláudia Miranda:**

- a) Representação do Conselho de Administração, na Gestão corrente da UH de Macedo de Cavaleiros;
- b) Definição e programação da Gestão da Qualidade, processos de Acreditação e Certificação e Investigação Científica;
- c) Programação e coordenação da política de Apoio Social consubstanciada nos Serviços de Apoio Social;
- d) Coordenação e controlo da área de Gestão do Utente.

▪ **Vogal Executivo, Eng. José Cardoso:**

- a) Representação do Conselho de Administração, na Gestão corrente da UH de Mirandela;

- b) Programação, coordenação e controlo da área de Transportes;
- c) Coordenação e controlo da área de Informática e Comunicações;
- d) Coordenação e controlo do investimento e manutenção das Instalações e Equipamentos, em articulação com o PCA, de acordo com a alínea h) do ponto 1.1;
- e) Coordenação e controlo das áreas de Manutenção de Parques e Jardins;

▪ **Vogal Executivo, Dra. Isabel Barreira:**

- a) Coordenação da área Jurídica e Contencioso, em articulação com o PCA, de acordo com as alíneas b) e g) do ponto 1.1;
- b) Coordenação e controlo das áreas de Hotelaria e Apoio Geral, nomeadamente os serviços de Alimentação, Hotelaria, Lavandaria e Limpeza de áreas comuns, Atendimento Telefónico;
- c) Programação, coordenação e controle da actividade do Gabinete do Utente e Acções de melhoria a desenvolver, no âmbito do Gabinete da Qualidade.

▪ **Director Clínico, Dr. Sampaio da Veiga:**

As áreas de responsabilidade dos membros da Direcção Técnica, são as explicitadas nos Estatutos do Centro Hospitalar, nomeadamente:

- a) As definidas no Art.º 9º dos Estatutos, do DL 233/2005;
- b) Interligação operacional com a Sub-Região de Saúde de Bragança.

▪ **Enfermeira Directora, Conceição Vieira:**

- a) As definidas no Art.º 10º dos Estatutos do DL 233/2005;
- b) Coordenação das equipas de gestão de alta;
- c) Coordenação e Acompanhamento do Projecto da UCC de Convalescença de Agudos.



## VII. Direcções de Serviços de Apoio Logístico

DEPARTAMENTOS/SERVIÇOS	Responsável
Departamento de Compras e Logística	António Martins
Departamento de Recursos Humanos	José Teixeira
Departamento de Hotelaria e Apoio Geral	Paulo Miguel
Serviço de Gestão Financeira	José Soares
Serviço de Gestão de Utentes	José Coelho
Serviço de Informática e Comunicações	Horácio Morais
Serviço de Instalações e Equipamentos	Alberto Marialva
Serviço de Farmácia Hospitalar	Carla Martins
ORGÃO DE STAFF	Responsável
Gabinete de Comunicação e Imagem	Não Nomeado
Gabinete de Gestão da Qualidade	Sandra Moura
Gabinete Jurídico e Contencioso	Cláudia Fernandes
Gabinete de Planeamento e Controlo	Lino Olmo

## VIII. Direcções de Serviços e Valências de Acção Médica

ESPECIALIDADE	Médico/Responsável
Anestesiologia	Dulce Rosa
Cardiologia	José Leandro
Cirurgia Geral	António Ferrão
Estomatologia	Nuno Santos
Ginecologia/Obstetrícia	Joaquina Baltazar
Medicina Interna	Prudência Vaz
Nefrologia	Fátima Ramos
Neurologia	Ilda Matos
Oftalmologia	Faria Pires
Ortopedia	António Ruano
Otorrinolaringologia	Miguel Bento
Pediatria/Neonatologia	Óscar Vaz
Pneumologia	Clotilde Andrade
Psiquiatria	Machado Rodrigues
Urgência	Eugénia Madureira
Urologia	José Moreira
Imagiologia	Manuel Costa
Medicina Física e Reabilitação	Abílio Silveira
Patologia Clínica	Graça Pombo
Nutricionismo	Rosária Rodrigues

## IX. Comissões Técnicas de Apoio

- Comissão de Controlo e Infecção Hospitalar
- Comissão de Ética
- Comissão de Farmácia e Terapêutica
- Comissão de Humanização e Qualidade
- Comissão UHGIC/SIGIC

Na sequência da criação do Centro Hospitalar e atendendo à reorganização preconizada, o Conselho de Administração procedeu à constituição das Comissões de Apoio Técnico supra, nos termos da legislação (Artigo 21º, Secção V dos estatutos do Decreto-Lei nº 233/2005 de 29 de Setembro, que rege a criação do Centro Hospitalar), com a participação de elementos do Conselho de Administração, conforme quadro infra:

COMISSÕES ESPECIALIZADAS	Presidente do CA: Dr. Henrique Capelas	Director Clínico: Dr. Sampaio da Veiga	Enfermeira Directora: Conceição Vieira
Comissão de Ética			X
Comissão de Humanização e Qualidade	X	X	X
Comissão de Controlo da Infecção			X
Comissão de Farmácia e Terapêutica		X	
Comissão UHGIC/SIGIC		X	

## 2.5 Responsabilidade Social

---

### ▪ Igualdade de Oportunidades

No âmbito das contratações de novos colaboradores, os processos de recrutamento e selecção baseiam-se em práticas responsáveis, na igualdade ao acesso de todos os interessados e à escolha de candidatos com base nas suas efectivas capacidades, assentes em critérios objectivos e transparentes.

A dezembro de 2011 desempenhavam funções no ex-CHNE 1.247 trabalhadores, sendo 897 mulheres e 350 homens. Deste universo, 21 são portadores de deficiências, o que revela também a preocupação com o emprego deste grupo mais desfavorecido.

### ▪ Formação Contínua

Reconhecendo-se a formação profissional como um pilar fundamental para o desenvolvimento pessoal e profissional de todos os Colaboradores do ex-CHNE, esta assume especial importância quando devidamente articulada com os diversos interlocutores no que se refere, em particular, ao desenvolvimento de um plano adequado à melhoria do desempenho de todos os colaboradores.

É neste contexto que o ex-Centro Hospitalar do Nordeste definiu como política fomentar a formação contínua dos seus Colaboradores, que resultará num importante contributo para a humanização dos serviços, para a mudança de comportamentos, melhoria do desempenho e assim como para uma gestão cada vez mais eficiente e eficaz dos recursos.

Sendo o desenvolvimento profissional e a valorização pessoal dos Colaboradores a chave para o sucesso de qualquer organização, o Gabinete de Desenvolvimento e Formação implementou em 2011 um projecto formativo que visou o investimento na qualificação/evolução e retenção do activo mais importante de qualquer organização que são os seus colaboradores, através da aquisição de competências comuns e específicas de todos os grupos profissionais, de forma integrada com os objectivos do ex-CHNE.

O CHNE procurou, de uma forma mais eficiente e eficaz, dar resposta às exigências em matéria de formação aos colaboradores, através dum processo dinâmico, potenciador do desenvolvimento das capacidades e competências dos recursos humanos da instituição que vise o investimento na qualificação/evolução e retenção do activo mais importante de qualquer organização que são os seus

colaboradores, através da aquisição de competências comuns e específicas de todos os grupos profissionais, de forma integrada com os objectivos do ex-CHNE.

- O ambiente

É provavelmente a área da responsabilidade social cuja visibilidade e discussão pública mais se tem acentuado nos últimos tempos. Neste campo, o ex-CHNE assume uma postura proactiva, adaptando as instalações a sistemas de gestão energética, permitindo assim a poupança em energia, apostando de igual forma em energias não poluentes, no tratamento de resíduos sólidos, na redução com vista á sua total eliminação de películas radiológicas e a introdução de práticas ecológicas, nomeadamente dos lixos para reciclar. De igual forma, estão-se a dar passos importantes nas medidas de racionalização de consumo de papel.

## 2.6 Desenvolvimento Sustentável

### ▪ Criação de Valor

Sendo os utentes a razão de existência do Centro Hospitalar, ela está ligada à prossecução constante na melhoria dos processos e nível de qualidade dos cuidados de saúde à população.

Assim, a primeira preocupação em termos de responsabilidade social tem a ver com os cidadãos, com o seu bem-estar que o ex-CHNE tem de garantir de uma forma eficaz quer em termos de acessibilidade, quer de tratamento. Verifica-se assim, tal como demonstra o quadro abaixo uma proximidade cada vez maior com os utentes, através do aumento do nº de reclamações, quer sugestões, quer elogios.

TIPO DE EXPOSIÇÃO	Jun-10	Jun-11	Var. 10/11
Reclamações	52	64	23,1%
Sugestão/Opinião	64	66	3,1%
Agradecimento/Elogio	2	7	250,0%

### ▪ Inclusão Social

No âmbito dos projectos de Cooperação Transfronteiriça Interreg III-A UDEP e SIPEM, têm sido desenvolvidas diversas iniciativas visando a inclusão social dos doentes crónicos de Psiquiatria no meio laboral. Deste modo, foi, no ano 2011, dada continuidade às actividades implementadas em 2007, com a criação de novas oficinas de trabalhos, designadamente na área da estampagem e gravação de brindes publicitários, assumindo uma importância acrescida para a reabilitação laboral dos doentes.



## 2.7 Satisfação das necessidades da colectividade

---

A sociedade em geral representa, ela própria no seu conjunto, uma área naturalmente vasta, da responsabilidade social.

Numa perspectiva alargada, as expectativas da sociedade para com os objectivos da empresa são cada vez mais exigentes, ultrapassando a pura função económica, geradora de emprego e riqueza, tal exigência, no sector de saúde, vem-se assumindo gradualmente como uma realidade incontornável.

### ▪ Solidariedade

É política do ex-CHNE aliar-se e promover de forma proactiva, às várias iniciativas de carácter social com a envolvimento de diversas associações em campanhas de solidariedade e apoio. Foram assim desenvolvidas várias campanhas ligadas ao ambiente e, outras de apoio com equipamentos a pessoas portadoras de deficiência.

No âmbito da colaboração para a Formação e Investigação, o Centro Hospitalar é um pólo dinamizador, junto das diversas Escolas de Saúde da região, com quem mantém Acordos e Protocolos de formação.

A vertente internacional é também outra das prioridades, através de acordos estabelecidos com Espanha, em quatro grandes projectos cooperação transfronteiriça, na área da saúde: UDEP, TODO SALUD, SIPEM e INDESS.

Paralelamente, através do Gabinete de Comunicação Externa estão criados os canais adequados de ligação aos meios de Comunicação Social, Instituições oficiais, Parceiros sociais, Associações e outros. É prática do Conselho a consolidação de relações com os Órgãos representativos do Poder Central e Local, através do Governo Civil, Autarquias e Comissões de Saúde Municipais.

## 2.8 Princípios de Bom Governo

---

No âmbito das suas funções de entidade de interesse público, o Centro Hospitalar do Nordeste assume cada vez mais um papel preponderante na promoção do desenvolvimento regional na sua área de influência. Deste modo, as estratégias delineadas visam a adopção de boas práticas, nos domínios económicos, social e ambiental.

Relativamente ao cumprimento do estipulado na Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, e no que ao Centro Hospitalar concerne, destacam-se os seguintes princípios:

- Definição da missão, valores, objectivos e políticas, plasmados no plano de negócios e regulamento interno, devidamente homologados pela Tutela;
- Elaboração do plano de actividades e orçamento económico, adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, de acordo com a missão e objectivos previamente delineados;
- Adopção de comportamentos promotores de igualdades entre homens e mulheres, sem qualquer tipo de índole discriminatória;
- Cumprimento da legislação e da regulamentação em vigor;
- Tratamento dos colaboradores com respeito e integridade, contribuindo activamente para a sua valorização profissional, através de acções de formação interna e externa;
- Tratamento dos clientes e fornecedores com equidade e transparência, existindo procedimentos definidos para os processos de adjudicação, orientados por princípios de economia, eficácia e transparência;
- Adopção de comportamentos correctos nos negócios, sendo que todas as despesas efectuadas possuem o respectivo documento suporte;
- Promoção da segregação de funções, existência de comissões especializadas, e existência de Auditor Interno;
- Existência de relatórios com periodicidade anual e trimestral, elaborados pelo Fiscal Único;
- Divulgação das remunerações totais e demais benefícios auferidos por cada elemento do Conselho de Administração;



- Divulgação dos princípios de Bom Governo referentes ao Centro Hospitalar, no site das empresas do Estado, assim como demais informações de interesse para o público em geral.

Os quais, o ex-Centro Hospitalar do Nordeste adoptou no sentido do integral cumprimento aos Princípios do Bom Governo.

## 2.9 Código de Ética

---

Com o objectivo de estabelecer princípios éticos e de padronizar condutas e comportamentos, reduzindo a subjectividade das interpretações pessoais sobre os princípios morais, o Conselho de Administração do ex- CHNE elaborou um Código de Ética, sendo considerado por todos os colaboradores como um guia para o comportamento individual e para as políticas organizacionais adoptadas.

Sendo o Código de Ética um conjunto de valores dos quais se depreendem princípios que implicam o estabelecimento de regras e normas, assume o fundamental papel de fio condutor do comportamento dos profissionais no âmbito da actividade assistencial do Centro Hospitalar.

Pela actividade assistencial em geral, mas também pelas características e especificidade muito próprias da zona do Nordeste Transmontano onde se insere o ex-CHNE, verifica-se com frequência, a necessidade de tomada de decisões em circunstâncias complexas ligadas à saúde humana e às ciências da saúde.

É neste espaço de actuação individual e colectiva que os valores deontológicos assumem maior importância e significado.

Assim, o ex-CHNE assume um conjunto de valores essenciais e de regras de conduta, com os quais pretende assegurar os direitos e garantias dos cidadãos que ocorrem a esta Instituição, valores esses que devem orientar e reger o comportamento de todos os profissionais que nele trabalham, alcançando-se assim o reconhecimento e o mérito do serviço público que o CHNE presta à comunidade nordestina.

Existe ainda uma Comissão de Ética, composta por uma equipa multidisciplinar, cuja principal função é “zelar pela observância de padrões de ética no exercício das ciências médicas, de forma a proteger e garantir a dignidade e integridade humana, procedendo à análise e reflexão sobre temas da prática médica que envolvam questões de ética” (Decreto-lei nº 97/95 de 10 de Maio).

O Código de Ética pode ser consultado no site do ex-CHNE ([www.chne.min-saude.pt](http://www.chne.min-saude.pt)).

## 2.10 Sistema de Controlo

---

O Conselho de Administração deve criar e manter um sistema de controlo adequado à dimensão e complexidade da empresa, em ordem a proteger os investimentos da empresa e os seus activos, abarcando todos os riscos relevantes.

O estatuto das unidades de saúde EPE prevê que a estrutura orgânica disponha de um Auditor Interno designado pelo Conselho de Administração, a quem compete proceder ao controlo interno nos domínios contabilístico, financeiro, operacional, informático e de recursos humanos.

O Auditor Interno terá assim como Missão apoiar a Organização na identificação e avaliação objectiva de exposições ao risco, estabelecendo controlos efectivos e propondo recomendações para a melhoria do processo de governação.

O Auditor Interno deverá, por isso, acrescentar real e efectivo valor à Organização na prossecução dos seus objectivos, através do aumento da eficiência e eficácia das operações e processos internos, da confiança e integridade da informação financeira e operacional, salvaguarda dos activos e a conformidade com legislação, regulamentos (interno e outros) e contratos.

Relativamente ao grau de implementação dos manuais de procedimentos administrativos e contabilísticos (MAPC) da ACSS, foi verificado por esse organismo que no Centro Hospitalar do Nordeste, EPE estavam totalmente implementados e customizados os manuais de procedimentos para todas as áreas de intervenção.

No que respeita à revisão dos MPAC, no ano 2010, foram inteiramente revistos os manuais relativos às áreas de Recursos Humanos e de Compras e Logística, com acompanhamento por parte do Auditor Interno, por serem as áreas que foram objecto de maiores reorganizações nesse ano, quer por reorganização funcional quer pela introdução de novos sistemas informáticos, com alterações substanciais nos procedimentos e necessários controlos internos.

O Conselho de Administração deu orientações no sentido de que, sempre que efectuadas revisões aos MPAC, deverá desde logo ser planeada revisão futura, bem como no que respeita à actualização permanente dos manuais quando alterados procedimentos, aliás como decorre do próprio processo de Acreditação. Este que assegura por si só a mitigação de alguns riscos, através da obrigatoriedade de implementação de normas e procedimentos, e da adopção das melhores práticas já testadas em outras unidades do mesmo sector de actividade.

O auditor interno tem elaborado e executado o Plano Anual de Auditoria, constante do n.º 5 do art.º 17.º do Anexo II do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, bem como o relatório semestral sobre a actividade desenvolvida constante do n.º 6 do art.º 17.º do mesmo diploma legal.

A actuação do Auditor Interno designado pelo Conselho de Administração teve no ano 2011 efectivos reflexos ao nível do controlo da actividade operacional, com destaque para as revisões e controlos instituídos na áreas de recursos humanos e transportes, no acompanhamento e controlo de custos, na elaboração de um plano de gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas transversal a todo o Centro Hospitalar, e no apoio especializado na implementação do sistema de avaliação de desempenho.

## 2.11 Implementação da Recomendação n.º 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção

---

A Recomendação n.º 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção, publicado na 2.ª Série do Diário da República, n.º 140, de 22 de Julho de 2009, estabeleceu que todas as entidades públicas elaborassem um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas.

Nesse âmbito, o CHNE desenvolveu em 2011 um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas (PGRIC), o qual se encontra dividido em duas partes: uma primeira que diz respeito à sua implementação e divulgação propriamente ditas, em particular na tomada de medidas para a sensibilização dos Colaboradores do CHNE nas matérias relacionadas com o presente Plano; e uma segunda com discriminação concreta dos riscos identificados nas principais áreas de risco.

O PGRIC é reconhecido como um reforço adicional das medidas constantes do Sistema de Controlo Interno do CHNE, e especialmente dirigido para a identificação e prevenção dos riscos de corrupção e infracções conexas.

Complementarmente a este Plano, em cumprimento com o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 28 de Março, têm sido tomadas medidas no sentido da promoção da segregação de funções, da existência de comissões especializadas, e do desenvolvimento sistemático de actividades de auditoria interna.

As medidas constantes do PGRIC serão objecto de acompanhamento trimestral pela Comissão de Monitorização do PGRIC, cujos elementos responsáveis pelas áreas de risco identificadas, em articulação com o Auditor Interno, tomarão as necessárias medidas para que o Plano seja paulatinamente melhorado e inclua as necessidades de actualização que entretanto sejam identificadas.

Anualmente é elaborado pela Comissão um Relatório de Execução do PGRIC, a remeter ao Conselho de Administração, Conselho de Prevenção da Corrupção e à Tutela.

Os Planos e Relatório de Execução são publicitados na página da Intranet do ex-CHNE.

## 2.12 Mecanismos de Prevenção de Conflitos de Interesses

---

A prevenção de conflitos de interesse é um dos princípios de bom governo dirigidos às empresas públicas contemplados no Anexo da RCM n.º 49/2007, de 28 de Março:

*“Os membros dos órgãos sociais das empresas públicas devem abster-se de intervir nas decisões que envolvam os seus próprios interesses, designadamente na aprovação de despesas por si realizadas. (...) no início de cada mandato (...) tais devem declarar ao órgão de administração e ao órgão de fiscalização, bem como à Inspeção-Geral de Finanças, quaisquer participações patrimoniais importantes que detenham na empresa, (...) relações relevantes que mantenham com os seus fornecedores, clientes, instituições financeiras (...) susceptíveis de gerar conflitos de interesses.”*

Neste âmbito, os membros do CA declararam as participações sociais de que são titulares ou outras relações, que potencialmente entrassem em conflito com os interesses da instituição.

Fazem parte do Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas medidas específicas que previnem situações de existência de interesses particulares que pudessem entrar em conflito com os interesses da instituição, para membros do Conselho de Administração ou outros Colaboradores.

## 2.13 Divulgação de Informação

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
<b>Estatutos actualizados (PDF)</b>	X			
<b>Historial, Visão, Missão e Estratégia</b>	X			
<b>Ficha síntese da empresa</b>	X			
<b>Identificação da Empresa:</b>				
Missão, objectivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X			
<b>Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:</b>				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
<b>Regulamentos e Transacções:</b>				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)			X	
Outras transacções			X	
<b>Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental</b>	X			
<b>Avaliação do cumprimento dos PBG</b>	X			
<b>Código de Ética</b>	X			
<b>Informação Financeira histórica e actual</b>	X			
<b>Esforço Financeiro do Estado</b>	X			

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
<b>Existência de Site</b>	X			
<b>Historial, Visão, Missão e Estratégia</b>	X			
<b>Organigrama</b>	X			
<b>Órgãos Sociais e Modelo de Governo:</b>				
Identifica dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade	X			
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções fora das condições de mercado			X	
Transacções relevantes com entidades relacionadas			X	
<b>Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental</b>		X		
<b>Código de Ética</b>	X			
<b>Relatório e Contas</b>		X		
<b>Provedor do cliente</b>			X	

Legenda:

S - Sim

N - Não

N.A. - Não Aplicável





## Cumprimento das Orientações Legais

03



### 3.1 Cumprimento de orientações e objectivos de gestão

No contrato programa para 2011 ( 1º semestre ) com a Tutela, estão estabelecidos indicadores de índole económico-financeira, assistencial, e de qualidade:

**O desempenho económico-financeiro**, é medido de acordo com as variações percentuais verificadas em 2011 tendo por base o período homólogo, das seguintes rubricas, conforme definido pela tutela:

- Custos Consumos: ..... 1,50%
- Custos FSE's: ..... 0,0%
- Custos com Pessoal : ..... -5%

As variações verificadas nos dois períodos do ano foram as seguintes:

	Contrato programa	Jun 11/10	Dez 11/10	Ano 11/10	Desvio
Consumos	<b>1,50%</b>	4,10%	-14,68%	-5,71%	-7,21%
FSE's	<b>0,00%</b>	7,54%	-10,82%	-2,03%	-2,03%
Custos c/ pessoal	<b>-5,00%</b>	-6,42%	-11,94%	-9,46%	-4,46%

Nota: nas metas para os indicadores foram mantidas as que se encontravam previstas no contrato programa aprovado para o CHNE.

**O desempenho assistencial**, medido através do nº de consultas externas, dos episódios de internamento, cirurgia de ambulatório, episódios de Urgência, sessões de Hospital de Dia, sessões de Diálise e interrupções Voluntárias da gravidez, relativas ao Serviço Nacional de saúde representam cerca de 92% do total da produção total.

**O desempenho da qualidade e serviço** é medido através da taxa de reinternamento após 5 dias e do nº de profissionais envolvidos em acções de formação.

### 3.2 Gestão do Risco Financeiro

A gestão de risco financeiro não é aplicável ao ex-CHNE, EPE já que, nos termos do Despacho n.º 101/2009-SETF, de 30 de Janeiro, não houve recurso a qualquer fonte de financiamento externo.

Gestão de Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09-SETF, de 30-01	CUMPRIDO			Descrição
	S	N	N.A.	
<b>Procedimentos adoptados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respectiva</b>			x	
Diversificação de instrumentos de financiamento			x	
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis			x	
Diversificação de entidades credoras			x	
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado			x	
<b>Adopção de política activa de reforço de capitais permanentes</b>			x	
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis			x	
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (all-in-cost) da operação			x	
Minimização da prestação de garantias reais			x	
Minimização de cláusulas restritivas (covenants)			x	
<b>Medidas prosseguidas com vista à optimização da estrutura financeira da empresa</b>			x	
Adopção de política que minimize afectação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos			x	
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CP			x	
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento			x	
<b>Inclusão nos R&amp;C</b>			x	
Descrição da evolução tx média anual de financiamento nos últimos 5 anos			x	
juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos			x	
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro			x	
<b>Reflexão nas DF 2009 do efeito das variações do justo valor dos contratos de swap em carteira</b>			x	

Legenda:

FC - Fundos comunitários

CP - Capital próprio

S - Sim

N - Não

### 3.3 Evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

A evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM 34/2008, de 22 de Fevereiro, que aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de Abril e está relevado no quadro infra.

Código POCMS	DF = Dívidas a Fornecedores	Saldo das contas: 31-Mar-11	Saldo das contas: 30-Jun-11	Saldo das contas: 30-Sep-11	Saldo das contas: 31-Dez-11
<b>Saldo das Contas:</b>					
22	Fornecedores	17.430.234	16.801.738	19.123.896	20.773.164
261	Fornecedores de Imobilizado	2.790.626	2.213.749	2.034.133	1.848.534
267	Consultores, assessores e intermediários	0	0	0	0
2685	Credores por reembolsos a utentes	0	0	0	0
2686	Credores p/acordos com convencionados	687.287	789.576	893.952	980.927
2687	Credores p/ honorários Clínicos	0	0	0	0
2688	Outros Credores diversos	4.681.651	5.245.237	5.708.934	6.642.540
2689	Outros Devedores e Credores Diversos	6.658.535	6.831.519	7.426.916	7.742.423
<b>252 Credores pela Execução do Orçamento</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
252102	Aquisição de Bens e Serviços	0	0	0	0
252107	Aquisição de Bens de Capital	0	0	0	0
2522202	Aquisição de Bens e Serviços	0	0	0	0
2522207	Aquisição de Bens de Capital	0	0	0	0
<b>Total 1</b>		<b>32.248.332</b>	<b>31.881.820</b>	<b>35.187.832</b>	<b>37.987.589</b>
26881	Instituições do Estado	2.005.838	2.337.738	2.410.255	2.917.763
<b>Total 2 DF = (dívidas a Fornecedores)</b>		<b>30.242.494</b>	<b>29.544.082</b>	<b>32.777.576</b>	<b>35.069.826</b>
Código POCMS	A = Aquisições	Saldo das contas: 31-Mar-11	Saldo das contas: 30-Jun-11	Saldo das contas: 30-Sep-11	Saldo das contas: 31-Dez-11
<b>Valores Acumulados:</b>					
31	Compras (deduzidas das devoluções, descontos e abatimentos)	2.659.333	5.384.655	7.617.278	10.037.166
62	Fornecimentos e Serviços Externos	1.915.077	6.800.990	8.893.492	12.941.336
<b>Valores Acumulados para o ano (aquisições do próprio ano):</b>					
42	Imobilizações Corpóreas	151.712	350.566	560.873	884.725
442	Imobilizado em Curso de Imob. Corpóreo	19.507	106.161	106.161	106.161
445	Imob.em curso de bens de domínio público	0	0	0	0
45	Bens de Domínio Público	0	0	0	0
<b>Total 3</b>		<b>4.745.630</b>	<b>12.642.372</b>	<b>17.177.803</b>	<b>23.969.388</b>
62181	Saldo da conta Trabalhos Exec. no Exterior em entidades do MS	178.652	557.053	582.859	1.024.948

Total 4 A = Aquisições		4.566.978	12.085.318	16.594.944	22.944.440
Antiguidade da Dívida	DF = Dívidas a Fornecedores	604	446	541	558
	A = Aquisições				

		4T 2011			
	Dívidas a Fornecedores	30.242.494	29.544.082	32.777.576	35.069.826
	Aquisições Trimestrais	4.566.978	7.518.341	4.509.625	6.349.496
PMP Ponderado - Publicação *	Média das Dívidas a Fornecedores Somatório das Aquisições Trimestrais	508			

A evolução do PMP é reveladora das fortes dificuldades de tesouraria que o ex-CHNE, EPE tem vindo a demonstrar nos sucessivos R&C. As dificuldades de tesouraria resultantes do agravamento da forma de financiamento, conforme é referido detalhadamente neste relatório, determinaram de tal forma a tesouraria que os fluxos financeiros gerados, no corrente exercício, permitiram meramente o pagamento despesas essenciais e permanentes.

### 3.4 Atraso nos Pagamentos

---

31-12-2011

Dívida nos termos do artigo 2.º do DL 65-A/2010					
	< 90 dias	]90; 120]	]120; 240]	]240; 360]	> 360 dias
Aquisições de bens e serviços	6.702.504,68 €	1.487.110,38 €	5.632.926,09 €	5.688.086,67 €	13.543.420,20 €
Aquisições de capital	113.188,50 €	137.956,97 €	271.253,69 €	633.189,11 €	764.392,69 €

### 3.5 Cumprimento dos deveres especiais de informação

---

Conforme previsto, nos termos do Despacho n.º 14277/2008, de 23 de Maio, o ex-Centro Hospitalar do Nordeste, EPE reportou à Direcção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) e à Inspeção-Geral de Finanças (IGF) a seguinte informação:

- Plano de actividades anuais e plurianuais;
- Orçamentos anuais;
- Planos de investimentos anuais e plurianuais e respectivas fontes de financiamento;
- Relatórios trimestrais de execução orçamental.

### 3.6 Cumprimento das recomendações do accionista

---

No que respeita às recomendações do accionista emitidas aquando da aprovação das contas de 2010, foram tomadas as necessárias diligências à constituição de uma provisão para fazer face aos processos judiciais, em curso, interpostos contra o ex-CHNE, bem como relativamente à implementação das medidas necessárias a solucionar as reservas apontadas pelo Fiscal Único.

## 3.7 Remunerações

### I. Dos Órgãos Sociais

	Dr. H. Capelas	Dr.A.ª Marçôa	Drª Claudia Miranda	Drª Isabel Barreira	Engº José Cardoso	Dr. Sampaio da Veiga	Enf. Conceição Vieira
	Presidente	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal
<b>1. Remuneração</b>							
1.1. Remuneração base Anual/Fixa (€)	22.314	19.404	19.404	19.404	19.404	15.170	19.404
1.2. Redução decorrente da Lei 12-A/2010 (€)	1.116	970	970	970	970	323	970
1.3. Redução decorrente da Lei 55-A/2010 (€)	2.120	1.810	1.810	1.810	1.810	1.449	1.810
1.4. Remuneração Anual Efetiva (1.1.- 1.2.-1.3.) (€)	19.078	16.624	16.624	16.624	16.624	13.398	16.624
1.5. Senha de presença (€)	0	0	0	0	0	0	0
1.6. Acumulação de funções de gestão (€)	0	0	0	0	0	0	0
1.7. Remuneração variável (€)	0	0	0	0	0	0	0
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho) (€)	0	0	0	0	0	0	0
1.9. Outras (identificar detalhadamente) (€) - Subsídios de Férias c/ Red. Lei 55-A/2010	3.218	2.831	2.831	2.831	2.831	0	2.831
<b>2. Outras regalias e compensações</b>							
2.1. Plafond Anual em comunicações móveis (€)							
2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis (€)	1.890	541	519	477	527	330	151
2.3. Subsídio de deslocação (€)							
2.4. Subsídio de refeição (€)	838	938	534	534	534	354	534
2.5. Outras (identificar detalhadamente) (€)- Despesas de Representação c/ Red. Lei 55-A/2010	7.029	5.250	5.250	5.250	5.250	5.281	5.250
<b>3. Encargos com benefícios sociais</b>							
3.1. Regime de Proteção Social (€)	1.213	1.011	2.595	2.297	2.297	2.051	2.477
3.2. Seguros de saúde (€)	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
3.3. Seguros de vida (€)	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
3.4. Seguro de Acidentes Pessoais (€)	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
3.5. Outros (identificar detalhadamente) (€)							
<b>4. Parque Automóvel</b>							
4.1. Marca	Opel	Opel	VW	Opel	Citroën	Opel	VW
4.2. Modelo	Insignia	Insignia	Golf	Insignia	C5	Insignia	Golf
4.3. Matrícula	50-IH-74	19-LD-90	16-JA-11	70-JP-20	17-ER-41	70-JP-21	50-JG-36
4.4. Modalidade de Utilização (Aquisição/ALD/Renting/Leasing)	Renting	Renting	Alug. Temporário	Renting	Renting	Renting	Alug. Temporário
4.5. Valor de referência da viatura nova (€)	29.897	30.000	26.564	29.967	27.997	29.967	26.564
4.6. Ano Inicio	2009	2010	2010	2010	2007	2010	2010
4.7. Ano Termo	2012	2013	2011	2013	2011	2013	2011
4.8 N.º prestações (se aplicável)	6	6	6	6	6	6	6
4.9. Valor Residual (€)	--	--	--	--	--	--	--
4.10. Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço (€)	5.049	4.385	3.857	3.824	4.086	3.824	3.857
4.11. Combustível gasto com a viatura (€)	3.884	3.920	1.177	2.035	2.979	3.035	754
4.12. Plafond anual Combustível atribuído (€)							
4.13. Outros (Pneus / Alinhamento) (€)	1.216	482	--	25	777	240	--
4.13. Outros (Danos) (€)	--	--	155	--	250	--	--
<b>5. Informações Adicionais</b>							
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
5.2. Remuneração Ilíquida Anual pelo lugar de origem (€) - Nos meses de Janeiro e Fevereiro						11.330	
5.3. Regime de Proteção social	Origem (CAFEB)	Origem (CAFEB)	Seg. Social	Seg. Social	Seg. Social	CGA (2 meses)	CGA
5.3.1. Segurança social (s/n)	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
5.3.2. Outro (indicar)							
5.4. Exercício funções remuneradas fora grupo (s/n)	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
5.5. Outras (identificar detalhadamente)							



## **II. Do Auditor Externo**

Não aplicável.

## **III. Dos Restantes Trabalhadores**

Análise detalhada no ponto 4.3 deste relatório.

### 3.8 Normas de contratação pública

---

São cumpridas as normas de contratação pública, no que é aplicável ao ex-CHNE, conforme descrito Cap. II.3.

### 3.9 Implementação das medidas previstas no Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC)

---

O Conselho de Administração, em face do Despacho de orientação proferido pelos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, de 30 de Novembro de 2010, aprovou as medidas de redução da despesa que farão parte do Plano de Redução de Custos/Gastos Operacionais para o ano 2011.

Estas medidas, que na maioria foram já aplicadas no 2º semestre de 2010, permitiram reduzir a tendência de aumento de custos verificada no 1º semestre de 2010, tendo sido possível fechar o ano com o nível de custos registado (e que sofreram, mesmo assim, o impacte do programa adicional para combater a lista de espera cirúrgica de Ortopedia). Por outro lado, a aplicação nos primeiros meses de 2011, tem assegurado a redução de despesas nos custos Operacionais (Fornecimentos e Serviços Externos e Custos com Pessoal) em 2011, assegurando uma redução de pelo menos 5% nos Custos com Pessoal. Ressalva-se, no entanto, que alguns dos pressupostos adoptados para a obtenção de poupanças significativas de custos não se verificaram integralmente, nomeadamente a redução de custos de transporte de doentes, cuja aplicação foi suspensa por dificuldades de obtenção de informação sobre o rendimento daqueles.

### 3.10 Cumprimento dos limites máximos de endividamento definidos para 2011

---

Não aplicável, dado não existir qualquer endividamento bancário.

### 3.11 Cumprimento do Plano de Redução de Custos

---

O Conselho de Administração, em face do despacho de orientação proferido pelos Ministérios das Finanças e da Administração Pública e da Saúde, de 30 de Novembro de 2010, aprovou as medidas de redução da despesa que farão parte do Plano de Redução de Custos/Gastos Operacionais para o ano de 2011.

### 3.12 Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

---

A Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE em cumprimento do previsto no artigo 17º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, em regra, mantém as suas disponibilidades, aplicações financeiras junto do IGCP, IP.

Sempre que esteja assegurado a prestação do serviço pela IGCP, IP, a movimentação de fundos públicos é realizada através de contas bancárias da tesouraria do Estado, através das quais a ULS Nordeste, EPE promove as respectivas operações de cobrança e pagamento e onde mantêm depositados as suas disponibilidades de tesouraria.



04

Actividade Global em 2011 – 2º semestre

## 4.1 Indicadores de Actividade Global

### Actividade Internamento

DOENTES SAÍDOS	2º Sem. 2010	2º Sem. 2011	Var. 10/11
<b>Especial Cirúrgicas</b>	<b>3.805</b>	<b>3.508</b>	<b>-7,8%</b>
Cirurgia Geral	1.420	1.433	0,9%
Estomatologia	17	5	-70,6%
Gin./Obst.	546	503	-7,9%
Oftalmologia	23	19	-17,4%
Ortopedia	1.354	1.165	-14,0%
Otorrino.	268	233	-13,1%
Urologia	177	150	-15,3%
<b>Especial. Médicas</b>	<b>3.290</b>	<b>3.133</b>	<b>-4,8%</b>
Cardiologia	45	30	-33,3%
Medicina Interna	2.213	2.104	-4,9%
Nefrologia	1	0	-100,0%
Neonatologia	51	60	17,6%
Neurologia	147	157	6,8%
Pediatria	640	610	-4,7%
Pneumologia	7	9	28,6%
Psiquiatria	186	163	-12,4%
<b>Unidade Doente Critico</b>	<b>46</b>	<b>34</b>	<b>-26,1%</b>
<b>Unidade Paliativos</b>	<b>31</b>	<b>35</b>	<b>12,9%</b>
<b>Unidade Convalescença</b>	<b>111</b>	<b>111</b>	<b>0,0%</b>
<b>Unidade Doença Prolongada</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>12,5%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>7.291</b>	<b>6.830</b>	<b>-6,3%</b>

Verifica-se, no 2º semestre de 2011, uma diminuição do nº de Doentes Saídos em relação ao período homólogo. A quebra de 7,8% nas especialidades cirúrgicas, justifica-se fruto do trabalho verificado no ano de 2011 para a redução das listas de espera, essencialmente nas especialidades de Ortopedia e Oftalmologia.

As especialidades médicas registaram uma ligeira quebra de 4,8%, abaixo dos 2,4% de diminuição de população residente verificado entre as duas datas.



Contribuindo também para a diminuição de 6,3 % no total de doentes saídos está a Unidade do Doente Critico, que no ano de 2011 passou a cuidar de doentes em estado mais critico do que o registado no ano de 2010, provocando uma diminuição do nº de doentes saídos e um aumento do nº de dias de internamento.

DIAS INTERNAMENTO	2º Sem. 2010	2º Sem. 2011	Var.10/11
<b>Especial. Cirúrgicas</b>	<b>22.342</b>	<b>21.008</b>	<b>-6,0%</b>
Cirurgia Geral	10.666	10.997	3,1%
Estomatologia	25	29	16,0%
Gin./Obst.	1.497	1.385	-7,5%
Oftalmologia	82	74	-9,8%
Ortopedia	7.782	6.815	-12,4%
Otorrino.	919	798	-13,2%
Urologia	1.371	910	-33,6%
<b>Especial. Médicas</b>	<b>31.166</b>	<b>28.686</b>	<b>-8,0%</b>
Cardiologia	188	118	-37,2%
Medicina Interna	23.756	21.814	-8,2%
Nefrologia	14	0	-100,0%
Neonatologia	350	439	25,4%
Neurologia	1.400	1.445	3,2%
Pediatria	2.006	1.889	-5,8%
Pneumologia	48	65	35,4%
Psiquiatria	3.404	2.916	-14,3%
<b>Unidade Doente Critico</b>	<b>904</b>	<b>830</b>	<b>-8,2%</b>
<b>Unidade Paliativos</b>	<b>1.201</b>	<b>1.327</b>	<b>10,5%</b>
<b>Unidade Convalescença</b>	<b>2.851</b>	<b>2.716</b>	<b>-4,7%</b>
<b>Unidade Doença Prolongada</b>	<b>6.446</b>	<b>6.572</b>	<b>2,0%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>64.910</b>	<b>61.139</b>	<b>-5,8%</b>

Em suma, poder-se-á dizer que apesar da diminuição do nº de doentes saídos nesta linha de actividade, a complexidade dos mesmos aumentou, tal como se pode comprovar através do seguinte quadro, que demonstra claramente a preocupação do ex-CHNE em proporcionar aos seus utentes cuidados cada vez mais diferenciados.

## Actividade Bloco Operatório

NÚMERO DE INTERVENÇÕES	2º Sem. 2010				2º Sem. 2011				Var. 2010/11
	CONV.	URG.	AMB.	TOTAL	CONV.	URG.	AMB.	TOTAL	
Cirurgia Geral	369	248	263	880	326	224	266	816	-7,3%
Estomatologia	12	0	4	16	1	0	16	17	6,3%
Ginecologia/Obstet.	136	173	8	317	121	195	12	328	3,5%
Oftalmologia	14	0	484	498	7	0	433	440	-11,6%
Ortopedia	657	535	209	1.401	500	613	22	1.135	-19,0%
Otorrino.	184	2	10	196	153	6	8	167	-14,8%
Urologia	118	10	68	196	97	13	82	192	-2,0%
<b>TOTAL</b>	<b>1.490</b>	<b>968</b>	<b>1.046</b>	<b>3.504</b>	<b>1.205</b>	<b>1.051</b>	<b>839</b>	<b>3.095</b>	<b>-11,7%</b>

A actividade verificada no bloco operatório vem em linha com o já dito anteriormente. O esforço efectuado em anos anteriores na correcção das listas de inscritos para cirurgia, essencialmente na especialidade de Oftalmologia iria provocar este efeito em anos posteriores. Quando se compara o ano de 2010 e 2011 ( 2º semestre ), verifica-se uma diminuição de cerca de 11,7% no nº de doentes intervencionados. Com a excepção de oftalmologia e ginecologia/obstetrícia, as restantes especialidades registaram diminuição no nº de doentes intervencionados.

## Bloco Partos

Apesar da elevada taxa de crescimento natural negativo verificado na região, observa-se uma estabilização no nº de partos:

BLOCO PARTOS	2º Sem. 2010	2º Sem. 2011	Var. 10/11
Partos Eutócitos	159	133	-16,4%
Partos Distócicos	159	185	16,4%
Cesarianas	126	152	20,6%
Outros	33	33	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>318</b>	<b>318</b>	<b>0,0%</b>

## Actividade Consultas Externas

NÚMERO DE CONSULTAS/ TIPO	2º Sem. 2010			2º Sem. 2011			Var. 10/11
	PRIMEIRAS	SUBS.	TOTAL	PRIMEIRAS	SUBS.	TOTAL	
<b>Consultas Médicas</b>	<b>18.398</b>	<b>34.651</b>	<b>53.049</b>	<b>15.555</b>	<b>32.313</b>	<b>47.868</b>	<b>-9,8%</b>
Anestesiologia	1.645	165	1.810	1.466	148	1.614	-10,8%
Cardiologia	781	1.267	2.048	394	922	1.316	-35,7%
Cirurgia Geral	2.422	3.846	6.268	2.560	3.465	6.025	-3,9%
Estomatologia	313	948	1.261	295	802	1.097	-13,0%
Gastrenterologia	1.530	629	2.159	59	14	73	-96,6%
Gin./Obst.	1.549	3.128	4.677	1.342	2.819	4.161	-11,0%
Medicina Física e Reab.	570	642	1.212	509	588	1.097	-9,5%
Medicina Interna	1.268	4.317	5.585	1.306	4.414	5.720	2,4%
Nefrologia	91	474	565	59	295	354	-37,3%
Neurologia	598	3.336	3.934	605	3.526	4.131	5,0%
Oftalmologia	2.683	2.893	5.576	1.761	2.061	3.822	-31,5%
Oncologia	35	367	402	45	486	531	32,1%
Ortopedia	2.259	3.598	5.857	2.361	3.536	5.897	0,7%
Otorrino.	1.144	1.550	2.694	1.165	1.638	2.803	4,0%
Pediatria	404	1.799	2.203	433	1.585	2.018	-8,4%
Pneumologia	133	687	820	116	678	794	-3,2%
Psiquiatria	298	2.843	3.141	297	2.991	3.288	4,7%
Urologia	642	2.160	2.802	627	2.049	2.676	-4,5%
Reumatologia	33	2	35	155	296	451	1188,6%
<b>Consultas não Médicas</b>	<b>364</b>	<b>1.017</b>	<b>1.381</b>	<b>336</b>	<b>1.195</b>	<b>1.531</b>	<b>10,9%</b>
Nutricionismo	197	624	821	191	727	918	11,8%
Psicologia Clínica	167	393	560	145	468	613	9,5%
<b>Outras</b>	<b>160</b>	<b>20</b>	<b>180</b>	<b>57</b>	<b>0</b>	<b>57</b>	<b>-68,3%</b>
Medicina Trabalho	160	20	180	57	0	57	-68,3%
<b>TOTAL</b>	<b>18.922</b>	<b>35.688</b>	<b>54.610</b>	<b>15.948</b>	<b>33.508</b>	<b>49.456</b>	<b>-9,4%</b>

A produção nesta linha de actividade registou-se uma diminuição de 9,4% quando comparado com o período homólogo.

## Actividade Urgência

A actividade da Urgência na ULS, durante o período em análise, teve um decréscimo de 2,6%. A análise da variação do número de episódios de urgência é sempre delicada, pois por definição a ocorrência dos mesmos é totalmente aleatória.

NÚMERO DE EPISÓDIOS	2º Sem. 2010	2º Sem. 2011	Var. 10/11
Cirurgia Geral	2.697	2.716	0,7%
Estomatologia	11	21	90,9%
Gin./Obst.	1.391	1.520	9,3%
Medicina Interna	3.438	3.405	-1,0%
Nefrologia	35	13	-62,9%
Neurologia	451	395	-12,4%
Oftalmologia	455	480	5,5%
Ortopedia	4.269	3.994	-6,4%
Otorrino.	591	440	-25,5%
Pediatria	1.137	991	-12,8%
Psiquiatria	501	430	-14,2%
Triagem	28.022	27.462	-2,0%
Urologia	148	155	4,7%
<b>TOTAL</b>	<b>43.146</b>	<b>42.022</b>	<b>-2,6%</b>

## Tratamentos Hospital de Dia

---

NÚMERO DE SESSÕES	2º Sem. 2010	2º Sem. 2011	Var. 10/11
Imunohemoterapia	580	492	-15,2%
Nefrologia	4.651	4.695	0,9%
Oncologia	99	131	32,3%
Pediatria	496	569	14,7%
<b>TOTAL</b>	<b>5.826</b>	<b>5.887</b>	<b>1,0%</b>

A actividade de Hospital de Dia registou uma variação positiva em todas as especialidades, exceto imunohemoterapia, apresentando um saldo global de mais cerca de 61 sessões realizadas em 2011.

## Outras Produções

---

No que diz respeito aos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica, verificou-se em 2011 uma diminuição do número de análises clínicas, sessões de fisioterapia e de exames de imagiologia.

OUTRAS PRODUÇÕES	2º Sem. 2010	2º Sem. 2011	Var. 10/11
Dias Int. Psiq. Crón.	6.446	6.572	2,0%
Sess. Fisioterapia	79.571	70.430	-11,5%
Análises Clínicas	523.251	509.800	-2,6%
Imagiologia	64.664	60.625	-6,2%
<b>TOTAL</b>	<b>673.932</b>	<b>647.427</b>	<b>-3,9%</b>

## 4.2 Indicadores Económico-Financeiros

A situação económica e financeira no 2.º Semestre de 2011, apresenta uma evolução em termos de custos, resultante da concretização dos objectivos e do planeamento estratégico, conforme explicitado no decurso do presente relatório. Quanto aos proveitos, não acompanham obviamente nem os objectivos, nem o planeado estrategicamente, colocando em risco a sustentabilidade do CHNE.

Para uma melhor percepção da evolução dos principais indicadores e da *performance* económico-financeira verificados no 2.º Semestre de 2011, procede-se neste ponto a uma comparação com o período homólogo, já que no exercício económico anterior os custos e proveitos reportam-se a 12 meses. A análise efectuada será consolidada com a apresentação dos principais factores que influenciaram de forma decisiva os resultados obtidos.

### IV. Análise dos Custos

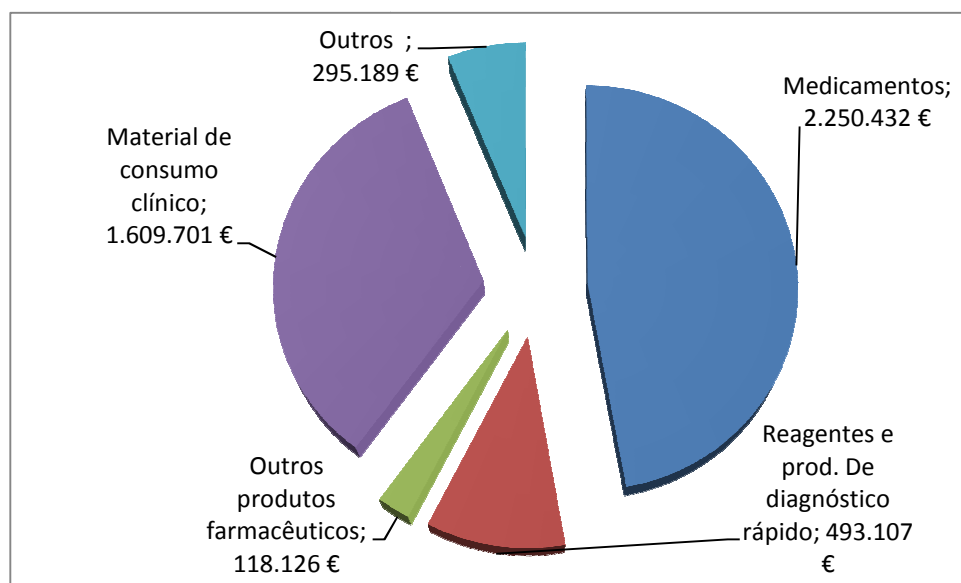
No cômputo geral, os custos totais registaram um decréscimo de 21,9 % no 2º semestre de 2011, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, resultante dos factores que a seguir se apresentam.

#### Custo das Mercadorias e Matérias Consumidas

O custo das matérias consumidas, no montante de 4,766 milhões de euros, apresenta um decréscimo de 14,7% (quadro infra), em virtude dos decréscimos dos reagentes e produtos de diagnóstico rápido (-19,7%) e do material de consumo clínico (-22,7%) e outras matérias de consumo (-15%).

CUSTO MERC. VEND E MAT. CONSUMIDAS	Dez-10	Dez-11	Var.10/11
<b>Medicamentos</b>	2.425.050 €	2.250.432 €	-7,2%
<b>Reagentes e prod. De diagnóstico rápido</b>	614.331 €	493.107 €	-19,7%
<b>Outros produtos farmacêuticos</b>	118.475 €	118.126 €	-0,3%
<b>Material de consumo clínico</b>	2.081.665 €	1.609.701 €	-22,7%
<b>Outros</b>	347.459 €	295.189 €	-15,0%
<b>TOTAL</b>	<b>5.586.980 €</b>	<b>4.766.555 €</b>	<b>-14,7%</b>

O gráfico infra apresenta a estrutura de custos das matérias consumidas, sendo os produtos farmacêuticos os que assumem um maior peso, de sensivelmente 2,52 milhões de euros, correspondendo a quase 47,2% do total, seguido do material de consumo clínico com 1,8 milhões de euros com 33,7% no peso de distribuição.



### Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica fornecimentos e serviços externos sofreu um decréscimo de custos na ordem dos 10,8%, aproximadamente 745 mil euros. Esta diminuição resultou essencialmente do decréscimo dos fornecimentos e serviços III em 18% e dos subcontratos de 14,6%.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	Dez-10	Dez-11	Varição 10/11
<b>Subcontratos</b>	2.067.655,29	1.765.745,87	-14,60%
<b>Fornecimentos e Serviços I</b>	706.915,80	836.372,20	18,31%
<b>Fornecimentos e Serviços II</b>	477.235,65	565.318,28	18,46%
<b>Fornecimentos e Serviços III</b>	3.603.856,71	2.954.854,12	-18,01%
<b>Outros fornecimentos e Serviços</b>	29.853,39	18.056,01	-39,52%
<b>TOTAL</b>	6.885.516,84	6.140.346,48	-10,82%

## Fornecimentos e serviços

O acréscimo verificado na subrubrica FSE's I de 129 mil euros, é resultado do aumento do consumo de energia eléctrica, no montante de 32 mil euros e dos custos suportados com outros fluidos, no montante de 92 mil euros (94%). No sentido inverso, salienta-se a diminuição dos custos com rendas, alugueres e locação de material informático em 12 mil euros.

Quanto à rubrica FSE's II, esse aumento atingiu os 88 mil euros (18%) fortemente influenciado pelo acréscimo substancial dos custos com honorários, no montante de 86 mil euros.

Quanto à rubrica FSE's III, registou-se uma diminuição de 649 mil euros ( -18%), influenciada pela diminuição dos custos com conservação e reparação de 74 mil euros (-16,44%) e em trabalhos especializados ( -20,83%).

## Subcontratos

Na rubrica Subcontratos, o aumento de 4,94% de Meios Complementares de Diagnóstico resulta essencialmente do aumento dos custos com a Patologia Clínica, no montante de 14,6 mil euros. A diminuição de 48,7% na subrubrica Internamento e Transportes de doentes que se deve exclusivamente ao decréscimo dos custos com transportes de doentes na ordem dos 308 mil euros.

SUBCONTRATOS	Dez-10	Dez-11	Variação 10/11
Meios complementares de diagnóstico	943.884,44	990.491,23	4,94%
Meios complementares de terapeutica	462.991,55	386.075,90	-16,61%
Internamento e Transporte de doentes	660.779,30	352.114,74	-46,71%
Outros		37.064,00	
<b>TOTAL</b>	<b>2.067.655,29</b>	<b>1.765.745,87</b>	<b>-14,60%</b>

De realçar também, o esforço em humanizar os cuidados de saúde, através da disponibilização de transporte gratuito aos utentes, para a realização de exames e consultas, desde as Unidades Hospitalares a outras regiões, tais como Vila Real e Porto. Pesem embora as consequências financeiras que tal iniciativa provoca nos resultados da instituição, revela-se de uma importância acrescida para os doentes, numa região caracterizada por acessibilidades limitadas, destacando-se o facto de ser o único Distrito de Portugal a não ter um único Km de auto-estrada.



## Custos com Pessoal

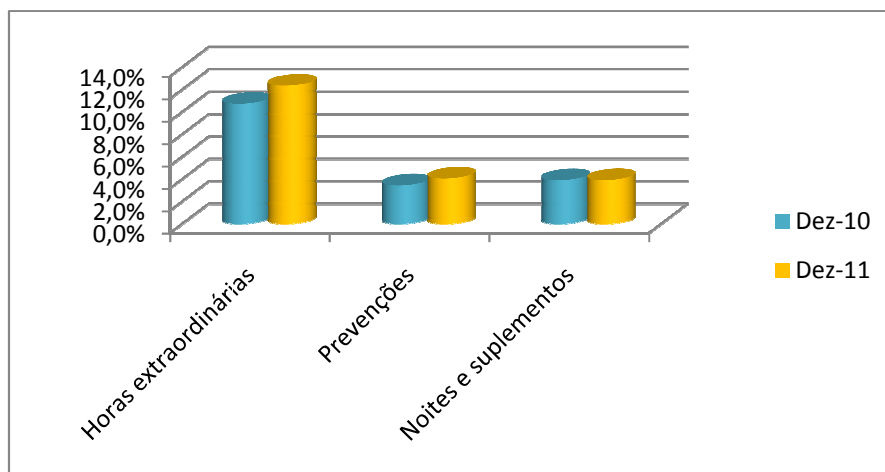
As despesas com pessoal, representando cerca de 60,4% dos custos totais, e sofreram um decréscimo de custos, face ao período homólogo, de 11,94% (2,6 milhões de euros).

<b>CUSTOS COM PESSOAL</b>	<b>Dez-10</b>	<b>Dez-11</b>	<b>Variação 10/11</b>
<b>Remunerações</b>	11.098.699,62	9.948.263,70	-10,37%
<b>Suplemento de remunerações</b>	5.039.195,80	4.691.420,01	-6,90%
<b>Subsídio de férias e natal</b>	2.622.546,66	1.703.973,18	-35,03%
<b>Encargos sobre remunerações</b>	2.681.441,14	2.631.153,78	-1,88%
<b>Outros</b>	726.958,30	546.543,17	-24,82%
<b>TOTAL</b>	22.168.841,52	19.521.353,84	-11,94%

Da análise do quadro, concluiu-se um decréscimo de 10,37% nas remunerações, enquanto que ao nível de Suplementos de remunerações a diminuição foi 6,9%, destacando-se as poupanças nas sub-rubricas Noites e Suplementos (104 mil euros) e em Prevenções (342 mil euros). Estas diminuições resultam em grande parte da implementação do Plano de Contenção de Despesa no primeiro semestre de 2011.

<b>CUSTOS COM PESSOAL</b>	<b>Dez-10</b>	<b>Dez-11</b>	<b>Variação 10/11</b>
<b>Horas extraordinárias</b>	2.380.517,79	2.413.122,01	1,37%
<b>Prevenções</b>	763.606,18	793.766,99	3,95%
<b>Noites e suplementos</b>	866.923,12	765.671,53	-11,68%
<b>TOTAL</b>	4.011.047,09	3.972.560,53	-0,96%

### Evolução do peso do Trabalho Extraordinário



### Amortizações do Exercício

A diminuição do das amortizações resultam de se ter verificado a amortização completa de vários bens de imobilizado, designadamente de equipamento administrativo e informática.

Em contrapartida, em resultado da conclusão de obras em curso provocou um aumento de 10,4% na rubrica respetiva.

AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	Dez-10	Dez-11	Variação 10/11
<b>Imobilizações corpóreas</b>			
Edifícios e outras construções	381.851,42	420.204,48	10,04%
<b>Equipamento básico</b>	677.314,78	666.535,08	-1,59%
Equipamento de transporte	118,40	115,48	-2,47%
Ferramentas e utensílios	3.144,05	2.311,41	-26,48%
Equipamento administrativo	59.013,21	53.101,92	-10,02%
Equipamento informático	298.337,73	203.553,42	-31,77%
Taras e vasilhames	0,00	0,00	
<b>Outras imobilizações corpóreas</b>	37.306,95	32.755,73	-12,20%
<b>TOTAL</b>	<b>1.457.086,54</b>	<b>1.378.577,52</b>	<b>-5,39%</b>

## V. Análise dos Proveitos

### Prestação de Serviços

No exercício de 2011, as receitas da ULS, advindas da prestação de serviços, foram de cerca de 19,5 milhões de euros, referentes ao Serviço Nacional de Saúde (92%). Os Subsistemas representam assim apenas 8%. Por sua vez, as taxas moderadoras contribuem com uns escassos 1,8%, relevando bem as características da população, onde existe uma percentagem elevada de utentes isentos.

71-Vendas e prestações de serviços	Dez-10	Dez-11	Variação 10/11
7121 - SNS - Serv. Nac. Saúde	18.537.102,00	19.507.771,92	5,24%
7122 - Outras entidades responsáveis	2.872.217,00	1.685.303,58	-41,32%
71227 - Taxas moderadoras	393.098,67	390.170,12	-0,74%
<b>Total</b>	<b>21.409.319,00</b>	<b>21.193.075,50</b>	<b>-1,01%</b>

### Transferências e Subsídios Correntes Obtidos

O quadro seguinte apresenta os proveitos advindos da transferência de subsídios à exploração:

Transferência e subsídios correntes obtidos	Dez-10	Dez-11	Var.10/11
Transferências correntes obtidas	544.802,00	149.744,00	-72,51%
Da ACSS	544.802,00	139.934,00	-74,31%
Do Piddac	0,00		#DIV/0!
Da União Europeia	0,00	2.762,00	#DIV/0!
Outras	0,00	7.048,00	
Outras transferências correntes obtidas	0,00	800,00	#DIV/0!
<b>TOTAL</b>	<b>544.802,00</b>	<b>150.544,00</b>	<b>-72,37%</b>

Dos 0,15 milhões de euros afectos a esta rubrica, cerca de 99% resulta da transferência da ACSS, relacionada com os subsídios atribuídos à cedência de medicamentos em ambulatório, à formação de médicos internos e pelo internamento de doentes crónicos de psiquiatria em instituições exteriores.

### Análise dos Resultados

PROVEITOS	Dez-10	Dez-11	Var.10/11	Var.10/12
Proveitos operacionais	26.414.669,00	21.644.007,00	-4.770.662,00	-18,06%
Proveitos financeiros	94.794,00	2.901,00	-91.893,00	-96,94%
Proveitos extraordinários	202.301,00	372.788,00	170.487,00	84,27%
<b>TOTAL</b>	<b>26.711.764,00</b>	<b>22.019.696,00</b>	<b>-4.692.068,00</b>	<b>-17,57%</b>

Os proveitos em 2011 (Dez) ascenderam a 22 milhões de euros, conforme verificado no quadro supra, representando um decréscimo de 17,57% face ao exercício económico homólogo anterior. Por seu lado, os proveitos extraordinários, tiveram um acréscimo de sensivelmente 170 mil euros, resultante do reconhecimento de subsídios ao investimento recebidos em anos transactos de imobilizações que só foram dadas como concluídas em 2010 e que estavam em curso em anos anteriores.

Os custos totais em 2010 atingiram aproximadamente 32,28 milhões de euros, representando um decréscimo de 5,08 milhões de euros (-13,6%) face ao ano anterior. Este acréscimo resulta essencialmente da diminuição dos Custos Operacionais, destacando-se a rubrica CMVMC em 820 mil euros; os FSE's em 745 mil euros; os custos com pessoal em aproximadamente 2,6 mil euros.

CUSTOS	Dez-10	Dez-11	Var.10/11	Var.10/12
Custos operacionais	36.845.122,00	31.943.630,00	-4.901.492,00	-13,30%
Custos financeiros	173.556,00	238.100,00	64.544,00	37,19%
Custos extraordinários	341.493,00	98.332,00	-243.161,00	-71,21%
<b>TOTAL</b>	<b>37.360.171,00</b>	<b>32.280.062,00</b>	<b>-5.080.109,00</b>	<b>-13,60%</b>

Decorrente do exposto, o Resultado Líquido apresentado para o ano de 2011 é inferior em 4,59 milhões de euros, face ao período homólogo, conforme quadro infra:

RESULTADOS	Dez-10	Dez-11	Var.10/11	Var.10/12
Resultados operacionais	-14.641.295,00	-10.299.623,00	4.341.672,00	-29,65%
Resultados financeiros	-78.762,00	-235.199,00	-156.437,00	198,62%
Resultados extraordinários	-139.192,00	274.456,00	413.648,00	-297,18%
TOTAL	-14.859.249,00	-10.260.366,00	4.598.883,00	-30,95%

## VI. Outros Indicadores Económico-Financeiros

Apresentam-se alguns indicadores económico-financeiros, por forma permitir caracterizar a actual situação económico-financeira:

Indicadores económicos e Financeiros	2010	Dez-11
<b>1 Estrutura do Activo</b>		
Activo Circulante /Activo Líquido	74,5%	70,0%
Existências/Activo Líquido	1,2%	1,4%
Imobilizado/Activo Líquido	25,5%	30,0%
<b>2 Estrutura Financeira</b>		
Autonomia Financeira	3,5%	-13,2%
Estrutura de Capitais MLP (Cap. Próp./Cap. Perm.)	100,0%	100,0%
Capitais Permanentes/Activo Total	3,5%	-13,2%
Solvabilidade	3,6%	-11,7%
Endividamento	86,6%	114,9%
<b>3 Equilíbrio Financeiro</b>		
<b>Curto prazo</b>		
Fundo de Maneio	-24.340.693,84 €	-37.964.557,00 €
Liquidez Geral	0,86	0,68
Liquidez Reduzida	0,8	0,65
Liquidez Imediata	0,03	0,014
<b>Médio-Longo Prazo</b>		
Fundo de Maneio Bruto	74,5%	61,8%
Financiamento Próprio das Imob. (Cap.Perm./Imob. Líq.)	13,9%	-44,1%
Independência financeira	3,6%	-11,7%
<b>4 Atividade</b>		
Prazo Médio de Recebimentos (Dias)	407	122
Prazo Médio de Pagamentos (Dias)	403	421
Stocks de materiais (Dias de consumo )	46	35,7
Fundo em caixa e/ou depósitos à ordem (dias)	18	9,25
EBITDA	-2.929.869,00 €	-8.580.437,00 €
Cash-Flow (€)	-3.914.218,00 €	-9.123.963,00 €
VABcf	9.585.240,00 €	10.586.562,00 €
VABcf per capita	8.558,25 €	9.452,29 €
<b>5 Rentabilidade</b>		
Resultados Líquidos	-4.352.305,00 €	-10.291.336,00 €
Cash-Flow/Activo	-10,4%	-10,3%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	-388,2%	88,5%
Rentabilidade Operacional	-14,4%	-47,5%

**Uma breve análise destes indicadores permite-nos realçar:**

Por força dos resultados negativos (pelas razões já expostas), os indicadores de rentabilidade são necessariamente afectados.

O equilíbrio financeiro tem vindo a deteriorar-se, verifica-se que o Fundo de Maneio, devido aos resultados negativos apresentados manteve a tendência decrescente, apresentando, em 2011, um valor negativo de 37,9 milhões de euros. Em resultado desta situação, também o indicador de liquidez geral diminuiu o seu valor apresentando um valor inferior a 1. O Prazo Médio de Pagamento - PMP (421 dias), aumentou, face a 2010, resultado da impossibilidade de efectuar pagamentos regulares a fornecedores no decurso do ano, pois a disponibilidade financeira existente não o permitiu, sob pena de pôr em risco o pagamento de despesas correntes, nomeadamente gastos com pessoal.

O equilíbrio financeiro de médio-longo prazo, devido ao decréscimo dos Capitais Próprios, sofreu uma deterioração nos seus valores quer ao nível da capacidade de financiamento do Imobilizado pelos Capitais Próprios, quer da Independência Financeira.

O indicador solvabilidade apresentou um decréscimo acentuado face ao ano de 2010, situando-se agora nos -11,7%, em virtude dos factos referidos anteriormente, e que foram o decréscimo dos Capitais Próprios em virtude do resultado negativo em 2011 e dos resultados transitados; o aumento do Passivo em grande parte devido à falta de disponibilidades para liquidar as dívidas aos fornecedores.

### 4.3 Indicadores de Recursos Humanos

No decurso do ano de 2011 o ex-Centro Hospitalar teve ao seu serviço um efectivo médio de 1.247 colaboradores (no qual se incluem contratados a termo e programas ocupacionais para trabalhadores subsidiados, colocados pelo IEFP), distribuídos conforme quadro infra:

CATEGORIA	Nº de colaboradores com vínculo				Nº de colaboradores s/vínculo		Total
	F. Pública	CAP	CIT		Prestação de serviços	Outros	
			Termo Certo	Sem Termo			
Órgãos Directivos	3					6	9
Pessoal Médico	68	42		25	21		156
Técnico Sup. Saúde	3		1	7			11
Outro Pessoal Téc. Sup.	9		2	25	4		40
Técnico Diag. Terap.	56		12	17			85
Pessoal Enfermagem	335		40	68			443
Pessoal Informática	9			2			11
Pessoal Administrativo	105		13	26			144
Pessoal Auxiliar e Operário	171		65	107	1		344
Outros					4		4
TOTAL	759	42	133	277	30	6	1.247

A análise do quadro acima evidencia um forte peso dos grupos de Pessoal de Enfermagem e Assistentes Operacionais (respectivamente 35,53% e 27,59%) que representam mais de 63 % dos colaboradores do CHNE.

No que respeita à distribuição de colaboradores por Escalão Etário, o quadro anexo reflecte a evolução durante o período 2010/2011.

COLABORADORES POR ESCALÃO ETÁRIO	Jun-10		Jun-11	
	Nº	%	Nº	%
Dos 18 aos 34 anos	337	26,0%	298	23,9%
Dos 35 aos 44 anos	329	25,3%	332	26,6%
Dos 45 aos 55 anos	420	32,4%	414	33,2%
55 anos ou mais	212	16,3%	203	16,3%
<b>TOTAL</b>	<b>1298</b>	<b>100,0%</b>	<b>1247</b>	<b>100,0%</b>

Pela análise do quadro, é possível constatar uma distribuição equilibrada no número de colaboradores até aos 44 anos.



Em termos de distribuição dos colaboradores, por Categoria Profissional e escalão etário, o quadro seguinte retrata a situação verificada em 2011:

COLABORADORES POR ESCALÃO ETÁRIO E CATEGORIA	18-34		35-44		45-54		55 e mais		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Dirigente	1	11,1%	1	11,1%	5	55,6%	2	22,2%	9	100,0%
Médico	38	24,4%	28	17,9%	56	35,9%	34	21,8%	156	100,0%
Técnico Superior de Saúde	4	36,4%	5	45,5%		0,0%	2	18,2%	11	100,0%
Técnico Superior	20	50,0%	5	12,5%	11	27,5%	4	10,0%	40	100,0%
Informático		0,0%	6	54,5%	4	36,4%	1	9,1%	11	100,0%
Docente/Investigação	1	100,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1	100,0%
Enfermagem	116	26,2%	131	29,6%	153	34,5%	43	9,7%	443	100,0%
Técnico Diag. e Terap.	33	38,8%	31	36,5%	10	11,8%	11	12,9%	85	100,0%
Religioso	1	33,3%		0,0%	2	66,7%		0,0%	3	100,0%
Administrativo	24	16,7%	38	26,4%	51	35,4%	31	21,5%	144	100,0%
Auxiliar	60	17,4%	87	25,3%	122	35,5%	75	21,8%	344	100,0%
<b>TOTAL</b>	<b>298</b>	<b>23,9%</b>	<b>332</b>	<b>26,6%</b>	<b>414</b>	<b>33,2%</b>	<b>203</b>	<b>16,3%</b>	<b>1.247</b>	<b>100,0%</b>

A partir deste quadro de distribuição etária podem extrair-se as seguintes conclusões essenciais:

- Na classe Médica, quase 60% da população apresenta idade superior a 45 anos, situação com contornos preocupantes, dadas as limitações existentes na sua contratação, face à escassez da oferta no mercado e interioridade;
- Na Enfermagem, verifica-se o oposto, ou seja, cerca de 56% dos colaboradores tem menos de 45 anos, reflexo da aposta no recrutamento de jovens recém-licenciados, cuja oferta é significativa;
- Nos Serviços Gerais, é notório o envelhecimento dos colaboradores, com uma elevada percentagem (57%) de colaboradores com mais de 45 anos;
- Por último, no cômputo geral/efectivo total, cerca de 50% dos colaboradores possuem mais de 45 anos.

Procedendo à desagregação do número de colaboradores, por Tipo de Vínculo, apresenta-se o quadro seguinte, ainda relativo ao período em análise:

COLABORADORES POR TIPO DE VÍNCULO	Jun-10		Jun-11	
	Nº	%	Nº	%
Nomeação - Função Pública	823	63,4%	756	60,6%
Contrato Administrativo de Provimento	36	2,8%	42	3,4%
Contrato Individual de Trabalho com Termo	207	15,9%	134	10,7%
Contrato Individual de Trabalho sem Termo	203	15,6%	277	22,2%
Prestação de Serviços	22	1,7%	30	2,4%
Outras Situações	7	0,5%	8	0,6%
<b>TOTAL</b>	<b>1.298</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.247</b>	<b>100,0%</b>
<b>Síntese</b>				
Efectivos	1.026	79,0%	1.033	82,8%
A Termo	243	18,7%	176	14,1%
Outros	29	2,2%	38	3,0%
<b>TOTAL</b>	<b>1.298</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.247</b>	<b>100,0%</b>

O que nos permite constatar:

- O elevado peso de funcionários públicos, embora se verifique uma tendência de diminuição progressiva, resultado da saída gradual por aposentação de alguns colaboradores. Note-se que, apesar do aumento do nº total de colaboradores, foi esta categoria que mais viu reduzidos os seus efectivos.
- Em sentido oposto, com a Empresarialização dos Hospitais, aumentaram os Contratos Individuais de Trabalho, representando já mais de 32 % do total, sendo que dados acima expostos reflectem esta tendência.

No que concerne à Antiguidade dos Colaboradores verifica-se que a maioria (77,5 %) desempenha funções há menos de 15 anos, conforme quadro infra:

COLABORADORES POR ANTIGUIDADE E CATEGORIA	< 5 anos		5-14 anos		15-24 anos		25-35		> 36 anos		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Dirigente	2	22,2%	6	66,7%		0,0%	1	11,1%		0,0%	9	100%
Médico	53	34,0%	83	53,2%	19	12,2%	1	0,6%		0,0%	156	100%
Técnico Superior de Saúde	2	18,2%	8	72,7%		0,0%	1	9,1%		0,0%	11	100%
Técnico Superior	14	35,0%	22	55,0%	3	7,5%		0,0%	1	2,5%	40	100%
Informático		0,0%	9	81,8%	1	9,1%	1	9,1%		0,0%	11	100%
Docente/Investigação		0,0%	1	100,0%		0,0%		0,0%		0,0%	1	100%
Enfermagem	61	13,8%	283	63,9%	67	15,1%	30	6,8%	2	0,5%	443	100%
Técnico Diag. e Terap.	16	18,8%	48	56,5%	16	18,8%		0,0%	5	5,9%	85	100%
Religioso	3	100,0%		0,0%		0,0%		0,0%		0,0%	3	100%
Administrativo	15	10,4%	79	54,9%	25	17,4%	19	13,2%	6	4,2%	144	100%
Auxiliar	77	22,4%	184	53,5%	48	14,0%	22	6,4%	13	3,8%	344	100%
<b>TOTAL</b>	<b>243</b>	<b>19,5%</b>	<b>723</b>	<b>58,0%</b>	<b>179</b>	<b>14,4%</b>	<b>75</b>	<b>6,0%</b>	<b>27</b>	<b>2,2%</b>	<b>1.247</b>	<b>100%</b>

Uma análise mais detalhada dos dados permite constatar a elevada percentagem de médicos e técnicos superiores com menos de 5 anos em funções.

Relativamente ao Nível de Escolaridade, verifica-se um elevado grau de formação no CHNE, já que 58,3 % apresentam qualificações ao nível de Bacharelato e Licenciatura. Todavia, 15,3 % dos colaboradores ainda não possuem a escolaridade mínima obrigatória em vigor, devido ao peso representativo do Pessoal Assistente Operacional. No entanto, esta tendência tem vindo a ser alterada nos últimos anos. Passando de um peso de 24% em 2007 para 15,3 % em 2011.

COLABORADORES POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE	Homens		Mulheres		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Menos de 4 anos de escolaridade		0,0%		0,0%	0	0,0%
4 anos de escolaridade	21	6,0%	88	9,8%	109	8,7%
6 anos de escolaridade	21	6,0%	61	6,8%	82	6,6%
9 anos de escolaridade	35	10,0%	81	9,0%	116	9,3%
11 anos de escolaridade	10	2,9%	43	4,8%	53	4,3%
12 anos de escolaridade	46	13,1%	114	12,7%	160	12,8%
Bacharelato	20	5,7%	58	6,5%	78	6,3%
Licenciatura	195	55,7%	443	49,4%	638	51,2%
Mestrado	2	0,6%	9	1,0%	11	0,9%
Doutoramento		0,0%		0,0%	0	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>350</b>	<b>100,0%</b>	<b>897</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.247</b>	<b>100,0%</b>

Por último, e no que respeita à Nacionalidade, uma pequena minoria (1%) dos colaboradores do ex-Centro Hospitalar são naturais de um país estrangeiro. Destes, 61,53 % são oriundos do espaço comunitário europeu. As carências sentidas na contratação de médicos nacionais justificam a opção pela contratação de médicos estrangeiros, designadamente no mercado espanhol.

COLABORADORES POR NACIONALIDADE	Homens		Mulheres		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
De países da UE	347	99,1%	887	98,9%	1.234	99,0%
Dos PALOP		0,0%	1	0,1%	1	0,1%
Do Brasil		0,0%	4	0,4%	4	0,3%
De outros países	3	0,9%	5	0,6%	8	0,6%
<b>TOTAL</b>	<b>350</b>	<b>100,0%</b>	<b>897</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.247</b>	<b>100,0%</b>

#### 4.4 Investimentos Realizados

---

Nesta área, e tendo em consideração as profundas mudanças ocorridos em 2006 na prestação dos cuidados de saúde no Nordeste Transmontano, resultantes da criação do CHNE, o Conselho de Administração definiu o Plano de Investimentos para o triénio 2006/09, consignado no *Business Plan*, numa perspectiva estratégica de sustentabilidade e coerência, de modo a proporcionar uma prestação de cuidados de saúde com qualidade e eficiência à população.

De salientar os investimentos mais significativos de cuja conclusão beneficiou a atividade em 2011:

- Na Unidade Hospitalar de Bragança as obras de construção do pavilhão da Urgência (orçada em 1.770.000 €); a conclusão das obras do novo Edifício Técnico para os Grupos de Aquecimento e Energia (orçada em 1.930.000 €) e a requalificação do 3º piso da Unidade, nos serviços de Pediatria e Neonatologia;
- Na Unidade de Macedo de Cavaleiros, a construção de um pavilhão para a Unidade de Cuidados de Convalescença adjacente ao edifício principal (orçada em 2.127.000 €)
- Na Unidade de Mirandela, a construção da Unidade de Ambulatório; a beneficiação da entrada da Urgência; bem como a aquisição de uma central telefónica.

Transversal a todas as Unidades, realça-se a aquisição de vários aparelhos colocados em diversos pontos de modo a fazer-se o registo biométrico; a integração das plataformas informáticas e centrais telefónicas.

No ano 2011, tal como o quadro abaixo indica, assistiu-se à conclusão de obras iniciadas em anos anteriores, demonstrado através da elevada diminuição da rubrica das Imobilizações em Curso.

Durante o ano de 2011, concluíram-se as obras de remodelação do edifício de medicina interna e psiquiatria, tendo os doentes internados neste edifício sido deslocados para o 4º piso da Unidade Principal, que beneficiou de remodelação prévia para que estivesse com as condições necessárias para o seu acolhimento.

Ainda decorrente do Programa do Medicamento Hospitalar, foram adquiridos 3 Sistemas *Pyxis*, um para cada Unidade Hospitalar, de modo a aumentar o controlo e eficiência na entrega dos medicamentos.

## Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Nordeste, E.P.E. propõe que os Resultados obtidos, negativos, no montante de -10.291.336,32 euros sejam aplicados em resultados transitados.



## 6.1 Balanço

BALANÇO ANALÍTICO EM DEZEMBRO DE 2011				
CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIO 2011		
		AB	AP	AL
	<b>IMOBILIZADO</b>			
	<b>IMOBILIZAÇÕES EM CURSO</b>			
441/2	Obras em curso	9.437.346,71		9.437.346,71
		<b>9.437.346,71</b>		<b>9.437.346,71</b>
	<b>IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS</b>			
431/2	Despesas Inst. e Investimento	124.169,23	124.169,19	0,04
443	Imobilizações em curso - Imob. Incorpóreo	60.765,78		60.765,78
449	Adiant. P/Conta Imob. Inc.			
		<b>184.935,01</b>	<b>124.169,19</b>	<b>60.765,82</b>
	<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>			
421	Terrenos e Recursos Natur.	1.571.500,00		1.571.500,00
422	Edifícios e Outras Const.	16.632.000,61	6.055.878,62	10.576.121,99
423	Equipamento Básico	24.305.382,54	21.279.731,64	3.025.650,90
424	Equipamento de Transporte	242.529,10	242.014,72	514,38
425	Ferramenta e Utensílios	81.917,77	66.612,20	15.305,57
426	Equipamento Administrativo e informático	7.835.808,77	6.472.320,29	1.363.488,48
427	Taras e Vasilhame	5.343,48	5.343,48	
429	Outras Imobil. Corpóreas	763.012,21	469.235,42	293.776,79
448	Adiant. p/ Conta Imob. Corp.			
		<b>51.437.494,48</b>	<b>34.591.136,37</b>	<b>16.846.358,11</b>
	<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>			
414+415	Títulos e Out. Aplic. Financ.			
447	Adiant. p/ Conta Imob. Fin.			
	<b>CIRCULANTE</b>			
	<b>EXISTÊNCIAS</b>			
36	Matérias Primas, Sub. Consumo	1.257.426,98		1.257.426,98
32	Mercadorias			
37	Adiantamentos p/conta de compras			
		<b>1.257.426,98</b>		<b>1.257.426,98</b>
	<b>Dividas Terceiros-Médio longo prazo</b>			
	<b>Dividas terceiros-Curto prazo</b>			
211/5	Clientes C./C.	8.021.257,86		8.021.257,86
218	Clientes cobrança duvidosa	860.482,17	742.653,49	117.828,68
229/2619	Adiantamento a fornecedores			
24	Estado e outros entes públicos	245.000,00		245.000,00
26	Outros devedores	2.003.628,18	112.154,34	1.891.473,84
		<b>11.130.368,21</b>	<b>854.807,83</b>	<b>10.275.560,38</b>
	<b>Títulos e aplicações de tesouraria</b>			
15	Títulos negociáveis			
18	Outras aplicações de tesouraria			
	<b>Depósitos bancários e caixa</b>			
12	Depósitos bancários	943.513,20		943.513,20
13	Contas do Tesouro	277.975,91		277.975,91
11	Caixa	11.683,87		11.683,87
		<b>1.233.172,98</b>		<b>1.233.172,98</b>
	<b>Acréscimos de diferimentos</b>			
271	Acréscimos de proveitos	48.716.533,94		48.716.533,94
272	Custos diferidos			
		<b>48.716.533,94</b>		<b>48.716.533,94</b>
<b>TOTAL DE AMORTIZAÇÕES</b>			<b>34.715.305,56</b>	
<b>TOTAL DE PROVISÕES</b>			<b>854.807,83</b>	
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>123.397.278,31</b>	<b>35.570.113,39</b>	<b>87.827.164,92</b>

BALANÇO - CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
CONTAS	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	EXERCÍCIO 2011
	<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>	
51	Capital	<b>34.940.000,00</b>
56	Reservas de Reavaliação	
57	Reservas	2.671.283,11
59	Resultados Transitados	-38.940.032,72
	<b>Subtotal</b>	<b>-1.328.749,61</b>
88	Resultado Líquido Exercício	-10.291.336,32
	<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>-11.620.085,93</b>
	<b>PASSIVO</b>	
29	Provisões para riscos e encargos	700.390,70
		<b>700.390,70</b>
	<b>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo</b>	
	<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo</b>	
231	Dívida Instit. de Crédito	18.177.113,32
221	Fornecedores C./C.	20.773.163,75
228	Fornecedores - Fact. e Conf.	
225+219	Cauções Forn./Adiant.Cliente	33.240.717,22
239	Outros Emprest. obtidos	
261	Fornecedores Imobilizado	1.848.534,31
24	Estado e Out. Entes Públicas	111.659,09
262/3/7	Outros	15.507.586,52
		<b>89.658.774,21</b>
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>	
273	Acréscimos e custos	3.518.434,02
274	Proveitos diferidos	5.569.651,92
		<b>9.088.085,94</b>
	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>99.447.250,85</b>
	<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>	<b>87.827.164,92</b>



## 6.2 Demonstração de Resultados

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011			
CONTAS	DESIGNAÇÃO	EXERCÍCIO 2011	
	<b>CUSTOS E PERDAS</b>		
61	Custo mercadoria vendidas e das matérias consumidas		
	Mercadorias		
	Materias -primas,sub. e consumo	4.766.554,66	<b>4.766.554,66</b>
62	Fornecimentos e serviços externos		6.140.346,48
	Custos com pessoal		
641/2	Remunerações	16.366.641,50	
	Encargos sociais:		
643	Pensões	370.251,05	
645/6/8	Outros	2.784.461,29	<b>19.521.353,84</b>
662+663	Amortizações do Imobilizado corpóreo e incorpóreo		1.381.828,43
67	Provisões do exercício		60.001,01
63	Transf. correntes concedidas e prestações sociais		
65	Outros custos e perdas operacionais		73.545,16
	(A)		<b>31.943.629,58</b>
682	Perdas em empresas do grupo e associadas		
683+684	Amortizações e ajustamentos de aplicações e investimentos financeiros		
	Juros e custos similares:		
	relativos a empresas do grupo		
681+688	Outros	238.100,33	<b>238.100,33</b>
	(C)		<b>32.181.729,91</b>
69	Custos e perdas extraordinárias		98.331,87
	(E)		<b>32.280.061,78</b>
86	Impostos sobre o rendimento do exercício		30.969,77
	(G)		<b>32.311.031,55</b>
88	Resultado líquido do exercício		<b>-10.291.336,32</b>
	<b>PROVEITOS E GANHOS</b>		
71	Vendas e prestações de serviços		
711	Vendas		
712	Prestação de serviços	21.193.075,50	<b>21.193.075,50</b>
72	Impostos , taxas e outros		
75	Trabalhos para a própria empresa		
73	Proveitos suplementares		33.427,73
74	Subsídios à exploração		150.544,49
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		266.958,80
	(B)		<b>21.644.006,52</b>
782	Ganhos em empresas do grupo e associadas		
784	Rendimentos de participações de capital		
781+786	Outros juros e proveitos similares	2.900,93	
788	Outros		<b>2.900,93</b>
	(D)		<b>21.646.907,45</b>
79	Proveitos e ganhos extraordinários		372.787,78
	(F)		<b>22.019.695,23</b>
<b>RESUMO</b>		<b>Ano 2011</b>	
Resultados Operacionais (B)-(A)			-10.299.623,06
Resultados Financeiros (D-B)-(C-A)			-235.199,40
Resultados Correntes (D)-(C)			-10.534.822,46
Resultados Extraordinários (F-D)-(E-C)			274.455,91
Resultados Antes de Impostos			-10.260.366,55
Imposto sobre Rendimentos Exercício			30.969,77
Resultados Líquidos Exercício : (F)-(G)			<b>-10.291.336,32</b>

### 6.3 Demonstração de Resultados por Funções

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	
DESIGNAÇÃO	Exercício 2011
Prestação de Serviços	21.165.785,64
Custos das Vendas e das prestações de serviços	-30.344.839,25
<b>Resultados Brutos</b>	<b>-9.179.053,61</b>
Outros proveitos e ganhos operacionais	454.447,64
C. de Distribuição	
C. Administrativos	-1.527.099,76
Outros custos e perdas operacionais	-73.545,16
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>-10.325.250,89</b>
Custo Liq. de financiamento	-238.100,33
Ganhos e perdas em filiais e associadas	
Ganhos e perdas em outros investimentos	
Res. Não usuais ou não frequentes	
<b>Resultados Correntes</b>	<b>-10.563.351,22</b>
<b>Impostos s/ os Res. Correntes</b>	<b>-30.969,77</b>
<b>Resultados Correntes após impostos</b>	<b>-10.594.320,99</b>
Res. Extraordinários	302.984,67
Impostos s/ os Res. Extraordinários	
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>-10.291.336,32</b>

## 6.4 Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	
<b>Actividades Operacionais</b>	
Recebimentos de clientes	80.842.267,62
Pagamentos a fornecedores	-5.255.339,23
Pagamentos ao pessoal	-18.580.104,06
<i>Fluxo gerado pelas operações</i>	<b>57.006.824,33</b>
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	-58.944.836,10
<i>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</i>	<b>-1.938.011,77</b>
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-210,00
<i>Fluxo das actividades operacionais (1)</i>	<b>-1.938.221,77</b>
<b>Actividades de Investimento</b>	
Recebimentos provenientes de:	
Investimentos financeiros	
Imobilizações corpóreas	
Imobilizações incorpóreas	
Subsídios de investimento	825.827,54
Juros e proveitos similares	2.900,93
Dividendos	
<b>Subtotal</b>	<b>828.728,47</b>
Pagamentos respeitantes a:	
Investimentos financeiros	
Imobilizações corpóreas	-902.624,43
Imobilizações incorpóreas	
<b>Subtotal</b>	<b>-902.624,43</b>
<i>Fluxo das actividades de investimento (2)</i>	<b>-73.895,96</b>
<b>Actividades de Financiamento</b>	
Recebimentos provenientes de:	
Empréstimos obtidos*	
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	
Subsídios e doações	
Venda de acções (quotas) próprias	
Cobertura de prejuízos	
<b>Subtotal</b>	
Pagamentos respeitantes a:	
Empréstimos obtidos	
Amortizações de contratos de locação financeira	
Juros e custos similares	-3.118,75
Dividendos	
Redução de capital e prestações suplementares	
Aquisição de acções (quotas) próprias	
<b>Subtotal</b>	<b>-3.118,75</b>
<i>Fluxos das actividades de financiamento (3)</i>	<b>-3.118,75</b>
<b>Variações de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)</b>	<b>-2.015.236,48</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	<b>3.248.409,46</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>1.233.172,98</b>

## 6.5 Anexo à Demonstração de Fluxos de Caixa

---

Em anexo a esta demonstração devem ser feitas as seguintes divulgações:

- Discriminação dos componentes da caixa e seus equivalentes, reconciliando os montantes evidenciados na demonstração dos fluxos de caixa com as rubricas do balanço:

	2011
Numerário	9.459,67 €
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1.221.489,11 €
Equivalentes a Caixa	
Caixa e seus equivalentes	2.224,20 €
Outras disponibilidades	
Depósitos em instituições financeiras	943.513,20 €
Contas do Tesouro	277.975,91 €
Caixa	11.683,87 €

- Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método directo, o qual nos dá a informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos brutos, obtidos pelos registos contabilísticos do Unidade Local de Saúde do Nordeste, E.P.E.

## 6.6 Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

---

O decreto-lei n.º 67/2011, de 2 de Junho, cria, com a natureza de entidade pública empresarial, a Unidade Local de Saúde do Nordeste, E. P. E. (ULS do Nordeste, E. P. E.), por integração do Centro Hospitalar do Nordeste, E. P. E. (CHNE), e do Agrupamento dos Centros de Saúde do Alto Trás-os-Montes I — Nordeste (ACES Nordeste), constante do anexo I ao presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.

A nova unidade local de saúde, igualmente com gestão empresarial, na região do Nordeste, abrange a totalidade do distrito de Bragança e o município de Vila Nova de Foz Côa (do distrito da Guarda).

Esta decisão irá proporcionar mais-valias associadas à consolidação de cuidados de saúde decorrentes da integração de cuidados de saúde a prestar, nomeadamente através da criação de um processo clínico único, partilhado entre cuidados de saúde primários, cuidados hospitalares e cuidados continuados. Além disso, viabiliza-se uma optimização da oferta dos serviços de urgência e dos cuidados de saúde programados com uma gestão mais racionalizada da procura.

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2011 (Julho a Dezembro) foram preparadas tendo em consideração os princípios contabilísticos geralmente aceites previstos no Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde.

As demonstrações financeiras e demais documentos prestadores de contas apenas refletem o universo hospitalar já que a consolidação de contas, por razões técnicas e de índole organizacional não foi possível ser realizada em 2011. Com a nomeação do órgão de gestão da ULS do Nordeste, EPE, Despacho n.º 1010/2012, de 25 de Janeiro, foi dado início o processo de consolidação das contas com efeito a 1 de Janeiro de 2012.

As notas que a seguir se desenvolvem respeitam à numeração definida pelo Plano Oficial de Contabilidade, relativamente à estrutura apresentada.

As notas não referenciadas não são aplicáveis por inexistência de valores ou a sua apresentação não ser relevante para a leitura das demonstrações financeira anexas.

### **Nota 2**

O Balanço e as Demonstrações de Resultados não são susceptíveis de comparabilidade porque a Unidade Local de Saúde do Nordeste, E. P. E. (ULS do Nordeste, E. P. E.), foi constituída em 1 de Julho de 2012 por integração do Centro Hospitalar do Nordeste, E. P. E. (CHNE), e do Agrupamento dos

Centros de Saúde do Alto Trás -os -Montes I — Nordeste (ACES Nordeste), sendo que, este último só foi integrado em 1 de Janeiro de 2012.

### **Nota 3**

Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados, por natureza e por funções, bem como métodos de cálculo respeitante às amortizações e provisões.

#### **a) Imobilizado Corpóreo**

Os bens do activo imobilizado foram registados e valorizados segundo o custo de aquisição (IVA incluído, por não ser dedutível).

O imobilizado corpóreo em curso foi registado pelo custo de aquisição e custos iniciais (v.g. projectos, obras de remodelação).

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com o disposto nas tabelas I e II anexas à Portaria n.º 737/81, de 29 de Agosto, e respectivas alterações que lhe foram introduzidas pelas Portarias n.º 990/84, de 29 de Dezembro, e n.º 85/88, de 9 de Fevereiro, e Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, e ainda pelo Decreto Regulamentar n.º 22/99 de 6 de Outubro.

Os bens do activo imobilizado adquiridos no ano 2011, de valor inferior a 199,52 euros, foram amortizados a 100%, de acordo com o art. 31.º do referido diploma legal.

#### **b) Existências (Matérias de consumo)**

As matérias de consumo destinadas ao consumo pelas diversas linhas de produção e especialidades, são registadas ao custo de aquisição (IVA incluído, por não ser dedutível), através do sistema de inventário intermitente (mensal), utilizando o custo médio ponderado como método de custeio das saídas.

#### **c) Dívidas de terceiros**

Foi adotado o critério fiscal, em detrimento do critério económico no cálculo das provisões de dívidas a receber dos nossos utentes/outros devedores.

A adoção do referido critério resulta da especificidade e subjectividade inerente a actividade prestada pela Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE.

Em 2011, a Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE reforçou a rubrica cobrança duvidosa mediante informação do Gabinete Jurídico e Contencioso por entender que as dívidas de terceiros, existentes em 31 de Dezembro de 2011, apresentam riscos de incobrabilidade a médio longo prazo.

d) Acréscimos e diferimentos

Em obediência ao princípio “Da especialização” registam-se as seguintes situações:

- Encargos com horas extraordinárias e noites e suplementos contabilizados em Dezembro de 2011, no montante de 704.788,53 €, com base nas horas extraordinárias e noites e suplementos realizadas em Dezembro de 2011, processadas e pagas em Janeiro de 2012 pela ULSN, EPE.
- Encargos com Férias e Subsídio de férias contabilizados durante o ano, na rubrica acréscimos de custos atingiram o montante de 1.690.911,44 €, com base na estimativa dos encargos produzidos pelo RHV (Software do Departamento de Recursos Humanos – RHV) a serem pagos no próximo exercício.
- Encargos sobre remunerações (v.g. férias, subsídio de férias) foram contabilizados em 2011 com base na estimativa dos encargos produzidos pelo RHV (Software do Departamento de Recursos Humanos – RHV) a pagar no próximo exercício. O montante estimado cifra-se em 329.713,30 €.
- Juros a liquidar referente ao empréstimo concedido pelo Fundo de Apoio ao Sistema de Pagamentos do SNS, no montante de 511.804,18 €.
- Foi reconhecido o montante de 281.216,57 euros, na rubrica outros acréscimos de custos, referente a serviços prestados em 2011, faturas rececionadas em 2012.
- Acréscimos de Proveitos foram contabilizados no exercício económico de 2009, 2010 e no corrente exercício económico, na rubrica outros acréscimos de proveitos, o montante de 48.663.465,60 €, sendo que 7.4233.03,18 € referem-se a proveitos relativos ao exercício de 2009, 13.009.424,60 € referem-se a proveitos relativos ao exercício de 2010, 8.722.965,90 € referem-se a proveitos relativos ao 1.º semestre de 2011 e 19.507.771,92 € referente ao 2.º semestre de 2011. Os valores reconhecidos nesta rubrica resultam da valorização dos cuidados de saúde prestados aos utentes beneficiários do SNS nos respectivos anos económicos, conforme previsto no Contrato-Programa celebrado com o Ministério da Saúde. Os valores reconhecidos no 2.º semestre de 2011 resultam dos duodécimos atribuídos pela

tutela à área hospitalar da ULS do Nordeste, EPE já que o restante foi transferido para a Administração Regional de Saúde do Norte, I.P..

#### Nota 7

Durante o ano de 2011, a Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE teve ao seu serviço, em média, cerca de 1.145 colaboradores. No quadro, abaixo, encontra-se desagregado o número de colaboradores por categoria profissional, vínculo ou qualquer outra situação.

CATEGORIA	Nº de colaboradores com vínculo				Nº de colaboradores sem vínculo		Total
	F. Pública	CAP	CIT		Prestação de serviços	Outros	
			Termo certo	Sem termo			
Orgãos Directivos			1			5	6
Pessoal Médico	67		39	24	19		149
Técnico Sup. Saúde	2			8			10
Outro Pessoal Téc. Sup.	10		1	24	3		38
Técnico Diag. Terap.	56		5	23			84
Pessoal Enfermagem	322		10	68			400
Pessoal Informática	2			9			11
Pessoal Administrativo	101		9	28			138
Pessoal Auxiliar e Operário	157		36	111	1		305
Outros					4		4
TOTAL	717	0	101	295	27	5	1.145

#### Nota 10

Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e provisões, de acordo com quadros do tipo seguinte:



ACTIVO BRUTO						
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliações/ Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
<b>Imobilizações Corpóreas em Curso</b>						
Obra em curso A	1.834.174,26					1.834.174,26
Obra em curso B	1.967.554,10					1.967.554,10
Obra em curso C	1.202.087,03					1.202.087,03
Obra em curso D	2.198.498,53					2.198.498,53
Obra em curso E	1.995.367,67					1.995.367,67
Obra em curso F	185.328,24					185.328,24
Obra em curso G	8.946,33					8.946,33
Obra em curso H	17.447,91					17.447,91
Obra em curso I	27.942,64					27.942,64
	<b>9.437.346,71</b>					<b>9.437.346,71</b>
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>						
Despesas de instalação	86.504,23					86.504,23
Despesas Invest. Desenv.	37.665,00					37.665,00
Imob. em curso de imobilizações incorpóreas	60.765,78					60.765,78
Outras						
Adiantamentos						
	<b>184.935,01</b>					<b>184.935,01</b>
<b>Imobilizações Corpóreas</b>						
Terrenos recursos nat.	1.571.500,00					1.571.500,00
Edifícios e outras construções	16.493.856,08		138.144,53			16.632.000,61
Equipamento básico	24.174.423,42		134.093,31		3.134,19	24.305.382,54
Equipamento transporte	242.529,10					242.529,10
Ferramentas e utensílios	81.379,77		538,00			81.917,77
Equipamento administrativo e informático	7.578.689,68		257.235,81	116,72		7.835.808,77
Taras e vasilhame	5.343,48					5.343,48
Outras imobilizações corp.	755.614,32		7.397,89			763.012,21
Adiantamentos						
	<b>50.903.335,85</b>		<b>537.409,54</b>	<b>116,72</b>	<b>3.134,19</b>	<b>51.437.494,48</b>
<b>Investimentos Financeiros</b>						
Outras aplicaç. financ.						
Adiantamentos						
<b>Total Geral</b>	<b>60.525.617,57</b>		<b>537.409,54</b>	<b>116,72</b>	<b>3.134,19</b>	<b>61.059.776,20</b>

**Notas:**

Obra em curso A	Pavilhão das Consultas Externas
Obra em curso B	Pavilhão Técnico - Central Técnica
Obra em curso C	Cirurgia de Ambulatório
Obra em curso D	Unidade de Cuidados Continuados
Obra em curso E	Pavilhão da Urgência
Obra em curso F	Elevadores
Obra em curso G	Obras nos vestiários centrais
Obra em curso H	Obras de remodelação do Laboratório
Obra em curso I	Obras na cozinha Macedo de Cavaleiros

AMORTIZAÇÕES				
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Anulação/Reversão	Saldo Final
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>				
431 Despesas de instalação	86.504,23			86.504,23
432 Despesas de Invest. Desenvolvimento	37.664,96			37.664,96
439 Outras				
	<b>124.169,19</b>			<b>124.169,19</b>
<b>Imobilizações Corpóreas</b>				
421 Terrenos recursos nat.				
422 Edifícios outras construções	5.635.674,14	420.204,48		6.055.878,62
423 Equipamento básico	20.613.196,56	669.669,27	3.134,19	21.279.731,64
424 Equipamento transporte	241.899,24	115,48		242.014,72
425 Ferramentas e utensílios	64.300,79	2.311,41		66.612,20
4261 Equipamento Administrativo	1.224.038,19	53.218,64	116,72	1.277.140,11
4262 Equipamentos informáticos	4.991.626,76	203.553,42		5.195.180,18
427 Taras e vasilhame	5.343,48			5.343,48
429 Outras imobilizações corp.	436.479,69	32.755,73		469.235,42
	<b>33.212.558,85</b>	<b>1.381.828,43</b>	<b>3.250,91</b>	<b>34.591.136,37</b>
<b>Investimentos Financeiros</b>				
415 Outras aplicaç. financ.				
<b>Total Geral</b>	<b>33.336.728,04</b>	<b>1.381.828,43</b>	<b>3.250,91</b>	<b>34.715.305,56</b>

#### Nota 14

Em relação às imobilizações corpóreas e em curso, o valor global do imobilizado cadastrado em inventário, constante no balanço, está afecto à actividade da Unidade Local de Saúde do Nordeste, E.P.E., no entanto, os referidos bens estão localizados em diferentes unidades hospitalares, conforme quadro infra.

Descrição	Local	Montante
Pavilhão das Consultas Externas	Bragança	1.834.174,26
Pavilhão Técnico - Central Técnica	Bragança	1.967.554,10
Cirurgia de Ambulatório	Mirandela	1.202.087,03
Unidade de Cuidados Continuados	Macedo de Cavaleiros	2.198.498,53
Pavilhão da Urgência	Bragança	1.995.367,67
Elevadores	Bragança/Mirandela	185.328,24
Obras nos vestiários centrais	Macedo de Cavaleiros	8.946,33
Obras de remodelação do Laboratório	Mirandela	17.447,91
Obras na cozinha	Macedo de Cavaleiros	27.942,64
<b>Total imobilizações em curso</b>		<b>9.437.346,71</b>

### Nota 23

O valor global das dívidas de cobrança duvidosa, incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço, é o seguinte:

Rubrica	Valor
211 Clientes c/c	0,00
213 Utentes c/c	0,00
215 Instituições do Estado	0,00
218 Clientes de cobrança duvidosa	742.653,49
26 Outros devedores	112.154,34
<b>Total</b>	<b>854.807,83</b>

### Nota 25

O valor global das dívidas activas, onde transparece as dívidas a receber dos colaboradores da instituição, e passivas respeitantes a dívidas a pagar aos colaboradores da instituição, são as seguintes:

Descrição	Valor
Valor global das dívidas activas	389,58
Valor global das dívidas passivas	106.665,95
<b>Total</b>	<b>107.055,53</b>

### Nota 28

Relativamente às dívidas incluídas na conta “Estado e outros entes públicos” em situação de mora, os referidos valores encontram-se reportados no quadro infra:

Descrição	Valor
2421 Trabalho dependente	0,00
2422 Trabalho independente	0,00
2429 Sobre outros rendimentos	0,00
243 Imposto s/ Valor Acrescentado	5.130,84
245 Contribuições para a Segurança Social	37.077,33
<b>Total</b>	<b>42.208,17</b>

### Nota 31

Não foi possível apresentar um valor global dos compromissos relativos a pensões, no entanto, está patente na rubrica 643 – Pensões o montante de 370.251,05 € referente aos encargos suportados no exercício económico em análise.

### Nota 34

Desdobramento da conta de provisões e explicitação dos movimentos ocorridos no decorrer do 2.º semestre de 2011, de acordo com o quadro seguinte:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
291 Provisões para cobrança duvidosa	863.519,06	2.016,59	10.727,82	854.807,83
292 Provisões para riscos e encargos	675.891,25	60.001,01	35.501,56	700.390,70
39 Provisões para depreciação de existências				
49 Provisões para investimentos financeiros				
<b>Total</b>	<b>1.539.410,31</b>	<b>62.017,60</b>	<b>46.229,38</b>	<b>1.555.198,53</b>

Os movimentos preconizados no corrente exercício económico, têm a sua origem nos movimentos ocorridos na conta de provisões resultante da aplicação do critério adoptado pela ULLS do Nordeste, EPE para o reforço ou anulação de provisões.

A provisão para riscos e encargos, no montante de 60.001,01 €, reconhecidos no corrente exercício têm a sua origem nas acções judiciais pendentes em 31/12/2011. A redução resulta do desreconhecimento das provisões.

### Nota 37

A participação no capital estatutário foi subscrita e é detido, na sua globalidade (100%), pelo Estado.

## Nota 40

A explicitação e justificação dos movimentos ocorridos em 2011, em cada uma das rubricas, de capitais próprios, constantes do balanço, para além das referidas, é expressa no quadro seguinte:

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
<b>51 Capital Estatutário</b>	<b>34.940.000,00</b>			<b>34.940.000,00</b>
<b>57 Reservas</b>	<b>2.671.283,11</b>			<b>2.671.283,11</b>
571 Reservas Legais				
572 Reservas estatutárias				
<b>574 Reservas Livres</b>				
5741 Reservas do SPA				
5742 Reservas de EPE				
575 Subsídio				
<b>576 Doações</b>	<b>107.912,76</b>			<b>107.912,76</b>
5761 De numerário	54.722,02			54.722,02
5769 De equipamento	53.190,74			53.190,74
577 Reservas decorrentes transf. activos	2.563.370,35			2.563.370,35
<b>59 Resultados Transitados</b>	<b>-33.552.442,41</b>	<b>17.092.211,57</b>	<b>22.479.801,88</b>	<b>-38.940.032,72</b>
591 De exercício anteriores	-18.752.042,49	179.446,30	14.979.846,22	-33.552.442,41
<b>592 Do exercício anterior</b>	<b>-14.800.399,92</b>	<b>16.912.765,27</b>	<b>7.499.955,66</b>	<b>-5.387.590,31</b>
5921 Do exercício anterior	-14.979.846,22	14.979.846,22	6.310.198,16	-6.310.198,16
5922 Regularizações	179.446,30	1.932.919,05	1.189.757,50	922.607,85
<b>88 Res. Líquido do Exercício</b>	<b>-6.310.198,16</b>	<b>6.310.198,16</b>		<b>-10.291.336,32</b>

Em conformidade com o quadro supra, os aumentos e diminuições ocorridos na rubrica 59 – *Resultados Transitados* tiveram origem nas seguintes regularizações:

- Transferência do saldo inicial de 2011 (RLE de 2010), no montante de 14.979.846,22 €, da rubrica 5921-*Resultados Transitados - Do exercício anterior* para a rubrica 591-*Resultados Transitados - De exercícios anteriores*.
- Transferência do saldo inicial de 1 de Julho de 2011, no montante de 179.446,30 €, da rubrica 5922-*Regularizações (Resultados Transitados - Do exercício anterior)* para a rubrica 591-*Resultados Transitados - De exercícios anteriores*.
- Aplicação dos resultados, negativos, obtidos em 2011, no montante de 6.310.198,16 €;

Regularização no corrente exercício económico, ao abrigo da Directriz contabilística n.º 8/92, dos factos imputáveis ao exercício económico de 2011 do extinto Centro Hospitalar do Nordeste, EPE.

- Foi reconhecido na rubrica 5922-*Regularizações (Resultados Transitados - Do exercício anterior)* uma diminuição de 1.189.757,50 e um aumento 1.932.919,05 € dando cumprimento ao determinado no ponto 1., do artigo 21.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro

Relativamente aos factos ocorridos no exercício económico 2011, cuja responsabilidade é imputável à ULS do Nordeste, EPE, os mesmo, fazem parte integrante do saldo respectivo da rubrica.

#### Nota 41

Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, como segue:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas Subsidiárias e de
Existências iniciais		1.360.437,23
Compras		4.652.510,98
Regularizações		11.033,43
Existências finais		1.257.426,98
<b>Custos no exercício</b>		<b>4.766.554,66</b>

#### Nota 43

As remunerações atribuídas aos órgãos sociais da Unidade Local de Saúde (7 elementos e Fiscal Único) no presente exercício, ascendeu a 195.719,40 €, distribuindo-se do seguinte modo:

Remunerações dos Órgãos Sociais	Presidente do CA	Vogal Executivo CA				Director Clínico CA	Enf. Directora CA	Fiscal Único
	Dr. Henrique Capelas	Dr. António Marçôa	Eng. José Cardoso	Dra. Isabel Barreira	Dra. Cláudia Miranda	Dr. Sampaio da Veiga	Enf. Conceição Vieira	
Remuneração	22.296,54	19.454,54	19.454,54	19.454,54	19.454,54	12.215,74	16.683,64	7.478,40
Outras regalias e compensações	9.265,11	6.680,37	6.120,45	6.104,95	6.058,54	6.143,45	4.972,27	
Encargos com benefícios sociais	1.213,94	1.010,67	2.000,34	2.297,56	2.297,56	2.938,66	2.123,05	
<b>Total Geral</b>	<b>32.775,59</b>	<b>27.145,58</b>	<b>27.575,33</b>	<b>27.857,05</b>	<b>27.810,64</b>	<b>21.297,85</b>	<b>23.778,96</b>	<b>7.478,40</b>

#### Nota 45

Demonstração dos resultados financeiros, como segue:

Custos e Perdas	2011	Proveitos e Ganhos	2011
681 Juros suportados	237.451,96	781 Juros obtidos	2.900,93
683 Amortizações de investimentos em Imóveis		783 Rendimentos de imóveis	
684 Provisões para aplicações financeiras		785 Diferenças de câmbio favoráveis	
685 Diferenças de câmbio desfavoráveis	31,98	786 Desconto de pronto pagamento obtidos	
687 Perdas na alien. de aplicações de tesouraria		787 Ganhos na alien. de aplicações de tesouraria	
688 Outros custos e perdas financeiras	616,39	788 Outros proveitos e ganhos financeiros	
Resultados financeiros (+/-)	-235.199,40		
	<b>2.900,93</b>		<b>2.900,93</b>

## Nota 46

Demonstração dos resultados extraordinários, como segue:

Custos e Perdas		2011	Proveitos e Ganhos		2011
691	Transferências de capital concedidas		792	Recuperação de dívidas	
692	Dívidas incobráveis	10.097,10	793	Ganhos em existências	34.115,69
693	Perdas em existências	23.082,26	794	Ganhos em imobilizações	20,00
694	Perdas em imobilizações		795	Benefícios e penalidades contratuais	
695	Multas e penalidades	210,00	796	Reduções de amortizações e provisões	46.229,38
696	Aumentos amortizações e provisões	2.016,59	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	34.397,16
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	62.925,92	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	258.025,55
698	Outros custos e perdas extraordinárias				
	Resultados extraordinários (+/-)	274.455,91			
		<b>372.787,78</b>			<b>372.787,78</b>

## Nota 47

Prestam-se aqui as informações exigidas por diplomas legais que se aplicam à Unidade Local de Saúde do Nordeste, EPE, de acordo com a sua actividade hospitalar.

**Despacho n.º 17164/2006, de 25 de Agosto**

### MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO DE COMPRAS

Julho a Dezembro de 2011

Código	RUBRICAS Designação	Orçamento	Proc. Aquis.	Enc. Assum.	Processadas	Diferenças			Pagas
						Orç.-Proc.Aquis	Orç.-Enc. Ass	Orç.-Proc.	
312	Mercadorias								
	<b>PRODUTOS FARMACÊUTICOS:</b>								
31611	Medicamentos	2.273.914,90	2.392.828,53	2.391.510,23	2.273.914,90	-118.913,63	-117.595,33	0,00	101.141,92
31612	Reagentes e prod. diag. rápido	493.446,53	508.620,87	508.620,87	493.446,53	-15.174,34	-15.174,34	0,00	5.340,56
31619	Outros produtos farmacêuticos	118.742,92	119.563,49	119.563,49	118.742,92	-820,57	-820,57	0,00	1.314,97
	<b>Total da conta 3161</b>	<b>2.886.104,35</b>	<b>3.021.012,89</b>	<b>3.019.694,59</b>	<b>2.886.104,35</b>	<b>-134.908,54</b>	<b>-133.590,24</b>	<b>0,00</b>	<b>107.797,45</b>
3162	Material de consumo clínico	1.534.083,86	1.607.083,41	1.606.327,95	1.534.083,86	-72.999,55	-72.244,09	0,00	16.043,05
3163	Produtos alimentares	166,55	166,57	166,57	166,55	-0,02	-0,02	0,00	10,00
3164	Material consumo hoteleiro	65.673,07	69.256,76	69.241,18	65.673,07	-3.583,69	-3.568,11	0,00	539,41
3165	Material consumo administrativo	56.303,14	66.987,82	66.987,83	56.303,14	-10.684,68	-10.684,69	0,00	4.062,48
3166	Material manutenção e conservação	155.413,08	181.266,49	173.554,49	155.413,08	-25.853,41	-18.141,41	0,00	19.295,26
3169	Outro material de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total da conta 31</b>	<b>4.697.744,05</b>	<b>4.945.773,94</b>	<b>4.935.972,61</b>	<b>4.697.744,05</b>	<b>-248.029,89</b>	<b>-238.228,56</b>	<b>0,00</b>	<b>147.747,65</b>
317	Devolução de compras				45.233,07	0,00	0,00	-45.233,07	-32.646,31
318	Descontos e abatimentos em compras								
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>4.697.744,05</b>	<b>4.945.773,94</b>	<b>4.935.972,61</b>	<b>4.652.510,98</b>	<b>-248.029,89</b>	<b>-238.228,56</b>	<b>45.233,07</b>	<b>115.101,34</b>

**MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS**

Julho a Dezembro de 2011

Junho a Dezembro de 2011

RUBRICAS		Orçamento	Proc. Aquis.	Enc. Assum.	Processadas	Diferenças			Pagas
Código	Designação					Orç.-Proc.Aquis	Orç.-Enc. Ass	Orç.-Proc.	
	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:								
421	Terrenos recursos naturais								
422	Edifícios e outras construções	144.828,06	144.828,06	144.828,06	138.144,53	0,00	0,00	6.683,53	19.529,42
423	EQUIPAMENTO BÁSICO:								
4231	Médico-cirúrgico	83.818,95	83.818,95	83.818,95	81.637,61	0,00	0,00	2.181,34	0,00
4232	De imagiologia	2.438,28	2.438,28	2.438,28		0,00	0,00	2.438,28	0,00
4233	De laboratório	8.051,09	8.051,09	8.051,09	8.051,09	0,00	0,00	0,00	0,00
4234	Mobiliário hospitalar	10.954,40	10.954,40	10.553,90	10.553,90	0,00	400,50	400,50	0,00
4235	De desinfecção e esterilização	7.803,12	7.803,12	7.803,12	5.836,35	0,00	0,00	1.966,77	0,00
4236	De hotelaria	20.225,02	20.225,02	20.225,02	19.896,61	0,00	0,00	328,41	17.031,81
4239	Outro	10.471,97	10.471,97	10.471,97	8.117,75	0,00	0,00	2.354,22	0,00
	Total da conta 423	143.762,83	143.762,83	143.362,33	134.093,31	0,00	400,50	9.669,52	17.031,81
424	De transporte	0,00				0,00	0,00	0,00	0,00
425	Ferramentas e utensílios	538,00	538,00	538,00	538,00	0,00	0,00	0,00	0,00
426	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO E INFORMÁTICO:								
4261	Equipamento administrativo	12.674,90	12.674,90	12.674,90	10.412,93	0,00	0,00	2.261,97	3.447,08
4262	Equipamento informático	247.781,05	247.781,05	247.781,05	246.822,88	0,00	0,00	958,17	225.059,02
	Total da conta 426	260.455,95	260.455,95	260.455,95	257.235,81	0,00	0,00	3.220,14	228.506,10
427	Taras e vasilhame								
429	Outras	9.127,76	9.127,76	9.127,76	7.397,89	0,00	0,00	1.729,87	4.735,98
	TOTAL IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:	558.712,60	558.712,60	558.312,10	537.409,54	0,00	400,50	21.303,06	269.803,31
43	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:								
	Imobilizações incorpóreas								
44	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO:								
	Imobilizações em curso	108.747,99	108.747,99	108.747,99		0,00	0,00	108.747,99	0,00
45	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO:								
	Bens de domínio público								
	TOTAL GERAL	667.460,59	667.460,59	667.060,09	537.409,54	0,00	400,50	130.051,05	269.803,31



**MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - Custos e Perdas**

Julho a Dezembro de 2011

Código	RUBRICAS Designação	Orçamento	Proc. Aquis.	Enc. Assum.	Processadas	Diferenças			Pagas
						Orç.-Proc.Aquis	Orç.-Enc. Ass.	Orç.-Proc.	
6161	<b>CUSTOS MERC. VEND. mc</b>								
6162	Produtos farmacêuticos	2.861.664,65			2.861.664,65			0,00	
6163	Material de consumo clínico	1.609.700,89			1.609.700,89			0,00	
6164	Produtos alimentares	137,86			137,86			0,00	
6165	Material consumo hoteleiro	70.133,05			70.133,05			0,00	
6166	Material consumo administrativo	67.023,07			67.023,07			0,00	
6167	Material manutenção/conservação	157.895,14			157.895,14			0,00	
6168	Outro material de consumo	0,00			0,00			0,00	
	<b>Total da conta 61</b>	<b>4.766.554,66</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.766.554,66</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS:</b>								
	<b>Subcontratos:</b>								
6211	Assistência ambulatorio								
	<b>Meios complementares diagnóstico:</b>								
62121	Patologia clínica				0,00	0,00	0,00	0,00	
62122	Anatomia patológica				0,00	0,00	0,00	0,00	
62123	Radiologia								
62124	Cardiologia								
62125	Electroencefalografia								
62126	Medicina nuclear				0,00	0,00	0,00	0,00	
62127	Endoscopia Gástrica				0,00	0,00	0,00	0,00	
62128	Pneumologia / Imunoalergologia								
62129	Outros								
	<b>Total da conta 6212</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>Meios complementares terapêutica:</b>								
62131	Hemodiálise								
62132	Medicina física e de reabilitação								
	<b>Total da conta 6213</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
6214	Prescrição de medicamentos				0,00	0,00	0,00	0,00	
6215	Internamentos								
6216	Transporte de doentes				0,00	0,00	0,00	0,00	
6217	Aparelhos complementares de terapêutica								
	<b>Total da conta 621</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>Trabalhos executados no exterior:</b>								
	<b>Em entidades do MS:</b>								
621811	Assistência ambulatorio	33.752,59	33.752,59	33.752,59	33.752,59	0,00	0,00	0,00	
621812	Meios complementares diagnóstico	48.189,85	47.185,45	47.185,45	48.189,85	1.004,40	1.004,40	0,00	0,00
621813	Meios complementares terapêutica	385.952,34	385.952,34	385.952,34	385.952,34	0,00	0,00	0,00	0,00
621814	Produtos vendidos p/farmácias				0,00	0,00	0,00	0,00	
621815	Internamentos e transportes de doentes				0,00	0,00	0,00	0,00	
621819	Outros				0,00	0,00	0,00	0,00	
	<b>Total da conta 62181</b>	<b>467.894,78</b>	<b>466.890,38</b>	<b>466.890,38</b>	<b>467.894,78</b>	<b>1.004,40</b>	<b>1.004,40</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>Em outras entidades:</b>								
621891	Assistência ambulatorio	3.311,41	3.413,61	3.413,61	3.311,41	-102,20	-102,20	0,00	
621892	Meios complementares diagnóstico	942.301,38	870.483,78	870.483,78	942.301,38	71.817,60	71.817,60	0,00	7.368,03
621893	Meios complementares terapêutica	123,56	123,56	123,56	123,56	0,00	0,00	0,00	123,56
621894	Produtos vendidos p/farmácias				0,00	0,00	0,00	0,00	
621895	Internamentos e transportes de doentes	352.114,74	343.768,34	343.768,34	352.114,74	8.346,40	8.346,40	0,00	46.089,86
621896	Aparelhos compl. Terapêutica				0,00	0,00	0,00	0,00	
621897	Assistência no estrangeiro				0,00	0,00	0,00	0,00	
621898	Termalismo social				0,00	0,00	0,00	0,00	
621899	Outros				0,00	0,00	0,00	0,00	
	<b>Total da conta 62189</b>	<b>1.297.851,09</b>	<b>1.217.789,29</b>	<b>1.217.789,29</b>	<b>1.297.851,09</b>	<b>80.061,80</b>	<b>80.061,80</b>	<b>0,00</b>	<b>53.581,45</b>
	<b>Total da conta 6218</b>	<b>1.765.745,87</b>	<b>1.684.679,67</b>	<b>1.684.679,67</b>	<b>1.765.745,87</b>	<b>81.066,20</b>	<b>81.066,20</b>	<b>0,00</b>	<b>53.581,45</b>
	<b>Total da conta 621</b>	<b>1.765.745,87</b>	<b>1.684.679,67</b>	<b>1.684.679,67</b>	<b>1.765.745,87</b>	<b>81.066,20</b>	<b>81.066,20</b>	<b>0,00</b>	<b>53.581,45</b>
6221	<b>Fornecimentos e serviços:</b>								
6222	Fornecimentos e serviços I	836.372,20	783.233,47	783.233,46	836.372,20	53.138,73	53.138,74	0,00	705.770,02
6223	Fornecimentos e serviços II	565.318,28	557.374,09	557.374,09	565.318,28	7.944,19	7.944,19	0,00	536.694,35
6229	Fornecimentos e serviços III	2.954.854,12	3.218.315,76	3.218.315,76	2.954.854,12	-263.461,64	-263.461,64	0,00	1.215.409,78
6229	Outros fornecimentos e serviços	18.056,01	18.056,01	18.056,01	18.056,01	0,00	0,00	0,00	273,60
	<b>Total da conta 622</b>	<b>4.374.600,61</b>	<b>4.576.979,33</b>	<b>4.576.979,32</b>	<b>4.374.600,61</b>	<b>-202.378,72</b>	<b>-202.378,71</b>	<b>0,00</b>	<b>2.458.147,75</b>
	<b>Total da conta 62</b>	<b>6.140.346,48</b>	<b>6.261.659,00</b>	<b>6.261.658,99</b>	<b>6.140.346,48</b>	<b>-121.312,52</b>	<b>-121.312,51</b>	<b>0,00</b>	<b>2.511.729,20</b>

MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - Custos e Perdas

Julho a Dezembro de 2011

Código	RUBRICAS Designação	Orçamento	Proc. Aquis.	Enc. Assum.	Processadas	Diferenças			Pagas
						Orç.-Proc.Aquis.	Orç.-Enc. Ass.	Orç.-Proc.	
63	Transferências correntes concedidas/Prestações sociais				0,00	0,00	0,00	0,00	
	<b>CUSTOS COM PESSOAL:</b>								
	Remunerações órgãos directivos:	<b>178.755,30</b>							
6411	Remuneração base	117.779,03	109.772,29	109.772,29	117.779,03	8.006,74	8.006,74	0,00	109.772,29
6412	Subsídio de férias e natal	18.899,56	18.899,56	18.899,56	18.899,56	0,00	0,00	0,00	18.899,56
6413	Suplementos de remuneração	42.076,71	42.076,71	42.076,71	42.076,71	0,00	0,00	0,00	42.076,71
6414	Prestações sociais directas	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6419	Outras remunerações	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total da conta 641</b>	<b>178.755,30</b>	<b>170.748,56</b>	<b>170.748,56</b>	<b>178.755,30</b>	<b>8.006,74</b>	<b>8.006,74</b>	<b>0,00</b>	<b>170.748,56</b>
64211	Remuneração base do pessoal:								
64212	Pessoal dos quadros - Reg. função pública	6.912.650,86	6.398.039,05	6.398.039,05	6.912.650,86	514.611,81	514.611,81	0,00	6.398.039,05
64212	Pessoal com contrato a termo certo	423.317,58	391.526,92	391.526,92	423.317,58	31.790,66	31.790,66	0,00	391.526,92
64213	Pessoal em qualquer outra situação	2.407.678,14	2.227.867,75	2.227.867,75	2.407.678,14	179.810,39	179.810,39	0,00	2.227.867,75
64214	Pessoal dos quadros - Reg. CIT	86.838,09	80.082,74	80.082,74	86.838,09	6.755,35	6.755,35	0,00	80.082,74
	<b>Total da conta 6421</b>	<b>9.830.484,67</b>	<b>9.097.516,46</b>	<b>9.097.516,46</b>	<b>9.830.484,67</b>	<b>732.968,21</b>	<b>732.968,21</b>	<b>0,00</b>	<b>9.097.516,46</b>
	Suplementos de remuneração:								
642211	Horas extraordinárias	2.413.122,01	2.340.573,25	2.340.573,25	2.413.122,01	72.548,76	72.548,76	0,00	2.340.573,25
642212	Prevenções	793.766,99	677.475,70	677.475,70	793.766,99	116.291,29	116.291,29	0,00	677.475,70
642221	Noites e suplementos	765.671,53	758.987,81	758.987,81	765.671,53	6.683,72	6.683,72	0,00	758.987,81
642222	Subsídio de turno	0,00			0,00				
64223	Abono para falhas	967,79	967,79	967,79	967,79	0,00	0,00	0,00	967,79
64224	Subsídio de refeição	516.435,02	516.435,02	516.435,02	516.435,02	0,00	0,00	0,00	516.435,02
64225	Ajudas de custo	43.260,53	43.260,53	43.260,53	43.260,53	0,00	0,00	0,00	43.260,53
64226/7	Vestuário e artigos pessoais/Alim. e Aloj.	0,00			0,00				
642281	PECLEC/SIGIC	0,00	250.140,73	250.140,73	0,00	-250.140,73	-250.140,73	0,00	250.140,73
642282 a 9	Outras suplementos	116.119,43	143.770,37	143.770,37	116.119,43	-27.650,94	-27.650,94	0,00	143.770,37
	<b>Total da conta 6422</b>	<b>4.649.343,30</b>	<b>4.731.611,20</b>	<b>4.731.611,20</b>	<b>4.649.343,30</b>	<b>-82.267,90</b>	<b>-82.267,90</b>	<b>0,00</b>	<b>4.731.611,20</b>
6423	Prestações sociais directas	22.848,25	22.848,25	22.848,25	22.848,25	0,00	0,00	0,00	22.848,25
6424	Subsídio de férias e natal	1.685.073,62	1.580.592,16	1.580.592,16	1.685.073,62	104.481,46	104.481,46	0,00	1.580.592,16
6425	Prémios de desempenho	136,36	136,36	136,36	136,36	0,00	0,00	0,00	136,36
643	Pensões	373.251,05	370.251,05	370.251,05	370.251,05	3.000,00	3.000,00	3.000,00	370.251,05
645	Encargos sobre remunerações	2.631.153,78	2.466.296,65	2.466.296,65	2.631.153,78	164.857,13	164.857,13	0,00	2.466.296,65
646	Seguros de acidentes trabalho e doenças prof.	20.908,44	21.114,43	21.114,43	20.908,44	-205,99	-205,99	0,00	20.908,44
647	Encargos sociais voluntários	18.629,89	18.629,89	18.629,89	18.629,89	0,00	0,00	0,00	18.629,89
648	Outros custos com pessoal	113.769,18	113.769,18	113.769,18	113.769,18	0,00	0,00	0,00	96.869,18
	<b>Total da conta 64</b>	<b>19.524.353,84</b>	<b>18.593.514,19</b>	<b>18.593.514,19</b>	<b>19.521.353,84</b>	<b>930.839,65</b>	<b>930.839,65</b>	<b>3.000,00</b>	<b>18.576.408,20</b>
65	Outros custos e perdas operacionais	73.545,16	73.545,16	73.545,16	73.545,16	0,00	0,00	0,00	73.545,16
66	Amortizações do exercício	1.381.828,43			1.381.828,43			0,00	
67	Provisões do exercício	60.001,01			60.001,01			0,00	
68	Custos e Perdas Financeiras	238.100,33	45.667,57	45.667,57	238.100,33	192.432,76	192.432,76	0,00	2.477,57
	<b>CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS:</b>	<b>98.331,87</b>							
691	Transf. de capital concedidas	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	
692	Dívidas incobráveis	10.097,10			10.097,10	10.097,10	10.097,10	0,00	
693	Perdas em existências	23.082,26			23.082,26	23.082,26	23.082,26	0,00	
694	Perdas em imobilizações	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	
695	Multas e penalidades	210,00	210,00	210,00	210,00	0,00	0,00	0,00	210,00
696	Aumentos Amort. e de provisões	2.016,59			2.016,59			0,00	
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	62.925,92	742.870,44	742.870,44	62.925,92	-679.944,52	-679.944,52	0,00	3.264.985,95
698	Outros custos e perdas extraordinárias	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total da conta 69</b>	<b>98.331,87</b>	<b>743.080,44</b>	<b>743.080,44</b>	<b>98.331,87</b>	<b>-646.765,16</b>	<b>-646.765,16</b>	<b>0,00</b>	<b>3.265.195,95</b>
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>32.283.061,78</b>	<b>25.717.466,36</b>	<b>25.717.466,36</b>	<b>32.280.061,78</b>	<b>355.194,73</b>	<b>355.194,74</b>	<b>3.000,00</b>	<b>24.429.156,08</b>

**MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - Proveitos e Ganhos**

Julho a Dezembro de 2011

RUBRICAS		Orçamento	Emitido	Orç.-Emitido	Cobrados
Código	Designação				
	<b>VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS:</b>				
	Prestações de serviços:				
7121	Internamento	928.617,47	928.617,47		175.684,31
7122	Consulta	15.779,00	15.779,00		
7123	Urgência	288.494,58	288.494,58		16.304,02
7124	Quartos particulares				
7125	Hospital de dia				
	Meios complementares de diagnóstico e terapêutica:	35.942,77	35.942,77		1.885,15
7127	Taxas moderadoras	390.170,12	390.170,12		346.291,21
7128	Outras prestações de serviços de saúde	19.507.771,92	19.516.430,52	-8.658,60	
7129	Outras prestações de serviços	17.641,04	17.641,04		
	<b>Total da conta 712</b>	<b>21.184.416,90</b>	<b>21.193.075,50</b>	<b>-8.658,60</b>	<b>540.164,69</b>
72	Impostos e taxas				
73	Proveitos suplementares	33.427,73	33.427,73		8.195,69
	<b>TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES OBTIDOS:</b>				
741	Transferências - Tesouro				
	Transferências correntes obtidas:				
7421	Da ACSS	139.933,98	139.933,98		121.489,32
7422	Do PIDDAC				
7423	Do FSE	2.762,13	2.762,13		2.762,13
7429	Outras transferências correntes obtidas				
743	Subsídios correntes obtidos - Outros entes públicos	7.048,38	7.048,38		7.048,38
749	Subsídios correntes obtidos - De outras entidades	800,00	800,00		800,00
	<b>Total da conta 74</b>	<b>150.544,49</b>	<b>150.544,49</b>		<b>132.099,83</b>
75	Trabalhos para a própria entidade				
	<b>OUTRO PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS:</b>				
762	Reembolsos	243.881,43	243.881,43		70.742,09
763	Produtos de fabricação interna				
768	Não especificos alheios ao valor acrescentado				
769	Outros	23.077,37	23.077,37		10.807,54
	<b>Total da conta 76</b>	<b>266.958,80</b>	<b>266.958,80</b>		<b>81.549,63</b>
78	Proveitos e ganhos financeiros	2.900,93	2.900,93		2.900,93
79	Proveitos e ganhos extraordinários	372.787,78	372.787,78		60.216.179,54
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>22.011.036,63</b>	<b>22.019.695,23</b>	<b>-8.658,60</b>	<b>60.981.090,31</b>

O Técnico Oficial de Contas n.º 74.994

---

(José Manuel Ferreira Soares)

Presidente do CA

---

António Alberto Coelho Marçôa

Vogal Executivo

---

Aida da Conceição Domingues  
Palas

Director Clínico CH

---

Domingos António da Veiga  
Fernandes

Director Clínico CSP

---

Armandino Raposo Mondragão

Enfermeira Directora

---

Ângela Maria Meireles Moas Prior

## Certificação Legal de Contas

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

